

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DE CABO VERDE E DO BRASIL NA EXPANSÃO COLONIAL PORTUGUESA	12
1.1. Considerações acerca dos descobrimentos Portugueses	12
1.2. Inserção e importância de Cabo Verde e do Brasil nas rotas atlânticas portuguesas	15
2. CABO VERDE E BRASIL E AS SUAS RELAÇÕES INICIAIS	20
2.1. Enquadramento geográfico	20
2.1.1. Cabo Verde	20
2.1.2. Brasil	25
2.1.3. As disparidades geográficas e o factor de complementaridade	28
2.2. Relacionamento inicial entre Cabo Verde e Brasil	29
3. A CANA-DE-AÇÚCAR NAS RELAÇÕES ENTRE CABO VERDE E BRASIL	35
3.1. Dispersão da cana-de-açúcar pelos portugueses	35
3.2. A experimentação da cana sacarina em Cabo Verde	39
3.2.1. Cultivo e produção	40
3.2.2. Comercialização e declínio	43
3.3. A cana-de-açúcar no Brasil	44
3.3.1. Cultivo e produção	45
3.3.2. Brasil como receptor de escravos de Cabo Verde	46
3.3.3. Comercialização e declínio	48
4. PERSISTÊNCIA TÉCNICA E SOCIOCULTURAL DA CANA-DE-AÇÚCAR	52
4.1. Terminologia e Tecnologia do açúcar: Património Partilhado	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
BIBLIOGRAFIA	79
WEBGRAFIA	84
ANEXO	89

LISTA DE FIGURAS

Nº	Tema	Página
1	Mapa Cabo Verde: as ilhas e a sua localização geográfica	21
2	Mapa do Brasil, regiões e estados	25
3	Mapa da difusão da cana sacarina	39
4	Trapiche (ainda em funcionamento) em Ribeira dos Engenhos, Santiago, Cabo Verde	52
5	Trapiche em Ribeira dos Engenhos, Ilha de Santiago, Cabo Verde	56
6	Trapiche de besta. Ilha de Santiago, Cabo Verde	57
7	Debret, Engenho de açúcar com moenda movida a tracção humana no Brasil	58
8	Engenho de grande porte ou “real” no Brasil em 1660	59

LISTA DE QUADROS

Nº	Tema	Página
1	Dimensões máximas das ilhas e dos ilhéus que constituem o seu território emerso	22
2	Principais Espécies introduzidas pelo homem em Cabo Verde	24
3	Termos regionais de Cabo Verde e do Brasil relacionados ao plantio e colheita e transformação da cana	64
4	Termos regionais de Cabo Verde e do Brasil no fabrico do mel de cana	66
5	Termos regionais de Cabo Verde e do Brasil no fabrico do açúcar de cana	68
6	Termos regionais de Cabo Verde do fabrico da aguardente de cana	70

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema surgiu quando a autora, de origem brasileira, chegou em Cabo Verde e iniciou seus estudos no curso de Mestrado em Património e Desenvolvimento da Universidade de Cabo Verde. Esta iria realizar um trabalho sobre o seu país, mas sentiu a necessidade de desenvolver estudos que agregassem valor a Cabo Verde. Viu-se confrontada com as semelhanças culturais cabo-verdianas com o Brasil, queria entender a ligação entre os países, de forma a fazer um estudo mais aprofundado a esse respeito, e descobrir o que havia acontecido antes deste intercâmbio assistido nos dias de hoje. Queria, mais ainda, atestar a concreticidade desta questão.

Problemática da investigação

Através de um paralelo da historiografia dos dois países traça-se um fio condutor, seja pelas rotas atlânticas, seja pelos produtos disseminados por elas, trabalhando com várias evidências no sentido de dar resposta à insatisfação face às carências e às limitações demonstradas em encontrar um estudo que fizesse a análise de fases relevantes que desencadeiam este elo, tornando este trabalho complexo e de fundamental importância para suscitar possíveis pesquisas na mesma temática.

Desta forma, busca-se o entendimento da evolução das relações entre Cabo Verde e Brasil, tomando por base um importante produto para o desenvolvimento colonial, a cana-de-açúcar, salientando sua importância económica e principalmente, suscitando a sua persistência técnica e sociocultural.

A Colonização Portuguesa entre os séculos XV e XVII foi factor de grande impacto na economia mundial, principalmente no que tange à formação de suas novas colónias. Buscou-se, através da experiência nas Ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde, a inserção da cultura da cana sacarina no Brasil, onde foi bem sucedida, a ponto de sustentar as bases de exploração colonial e enriquecimento europeu, durante pelo menos dois séculos. Este fenómeno processou-se no intercâmbio de mercadorias através do Atlântico e não só, a mão-de-obra foi baseada na escravatura, que proporcionou, em conjunto com a inserção do colonizador na nova colónia, um longo processo de miscigenação cultural nestes países.

Cabo Verde, que se encontrava desabitado no século XV, recebeu escravos para ladinização e “transferência” para o Brasil, parte dos quais permaneceu no território cabo-

verdiano para sustentar a agricultura e suportar as demandas envolvidas na função de entreposto deste arquipélago.

Este país, enquanto centro experimental de culturas agrícolas e entreposto de escravos que se destinavam muitas vezes ao Brasil, desempenhou papel chave no desenvolvimento do cultivo da cana, seja através da experimentação do cultivo, seja pelo fornecimento de mão-de-obra escrava.

O Brasil, com grandes dimensões geográficas e solo adequado à agricultura recebeu escravos também advindos de variadas nacionalidades africanas para um mundo já povoado pelos indígenas locais, os quais também foram submetidos à exploração colonial. Esta com suas particularidades se comparada à do escravo africano, pois envolvia um contexto espacial e social diferentes.

Neste universo de inserção de factores estranhos às culturas envolvidas, nos três continentes: África, Europa e América, encontram-se as raízes da sociedade actual, o que proporcionará pistas para a interpretação da interculturalidade cabo-verdiana e brasileira, que estão intrínsecas ao seu património cultural, e, para uma maior valorização do mesmo, devem ser resgatadas.

Destaca-se a cana-de-açúcar nesta dissertação, pois a mesma foi o principal produto no Brasil entre o século XVI e XVII e é fulcral no desenvolvimento da economia e da investida portuguesa nesta ex-colónia. A destacar, partiu deste cultivo, a necessidade de mão-de-obra escrava em larga escala proveniente da África, o que dinamizou as rotas atlânticas.

É oportuno salientar que o cultivo deste produto e o trabalho escravo (intrinsecamente ligados) sustentaram o Brasil colónia e que Cabo Verde foi de fundamental importância neste processo.

O Brasil tinha diversos motivos para cultivar a cana-de-açúcar, como a existência de um solo massapê, propício para este tipo de cultivo. Além disso, o açúcar era um produto bastante promissor no comércio europeu, capaz de gerar altos lucros para Portugal, que inclusive, beneficiava com a experiência adquirida nas suas posses no Atlântico.

A partir desta análise histórico-económica poderá ser compreendida a persistência das actividades açucareiras, estas relacionadas em Cabo Verde e Brasil, inclusive no que diz respeito à terminologia e tecnologia, averiguando, assim, a importância da cana no quotidiano destas ex-colónias.

Desta forma, podem ser destacadas as seguintes hipóteses:

1. Quando se estudam os vestígios distantes de duas civilizações tem-se uma noção mais específica de onde realmente estes países se cruzam e de todo um contexto histórico em que a troca intercultural é factor determinante;
2. A cana-de-açúcar foi o sustentáculo dos descobrimentos portugueses durante os seus primeiros séculos nas colónias;
3. A escravidão sustentada pela e para a produção açucareira esteve presente no Brasil e em Cabo Verde, sendo este último local de experimentação do cultivo da cana e de ladinização de escravos;
4. Cabo Verde e Brasil, apesar de serem geograficamente distintos, tiveram o mesmo colonizador sob uma óptica diferente e receberam escravos de vários países. Claro que em dimensões dissonantes mas o suficiente para que os mesmos sejam um reduto de culturas advindas pela e para a colonização;
5. Cabo Verde desempenhou importante papel de entreposto colonial, o que desencadeou uma troca cultural com o Brasil;
6. As actividades agro açucareiras coloniais foram importantes e vigentes durante vários séculos, estas que se conectam ou se assemelham nos países de estudo, desencadeando um legado cultural que deve ser reconhecido e preservado.

Justificativa

Para que o Património contribua para o desenvolvimento de Cabo Verde é necessário descobri-lo, conhecer seu contexto, sua história. Desta forma, o estudo da colonização portuguesa com o fio condutor na ligação entre Cabo Verde e Brasil através da cana-de-açúcar (produto destacado como factor de troca e de influenciação mútua entre os dois países) é de grande importância para maior compreensão e interpretação da relevância de Cabo Verde nos circuitos atlânticos e de seu papel como entreposto de culturas, este que, juntamente com outras ilhas atlânticas como a da Madeira, por exemplo, contribuiu na introdução da cultura da cana-de-açúcar no Brasil.

Ressalta-se que a cana-de-açúcar deixa um legado cultural que pode ser atestado pela sua terminologia, tecnologia e seu uso no quotidiano. Suscitando, assim, a importância deste trabalho na valorização do património material e imaterial cabo-verdiano e brasileiro.

Nota-se, na abrangência temporal desta pesquisa, o porquê do destaque de certos elementos e fases que a autora julgou pertinentes. Cabe salientar a este propósito, o destaque da cana-de-açúcar, pois para se estudar aspectos económicos entre os dois países, achou-se oportuno tomar como base um produto de fundamental importância colonial e que teve notável contribuição para a manutenção dos intercâmbios interatlânticos.

Acredita-se que o estudo do contexto histórico desde a colonização portuguesa trará à tona as bases para este questionamento, pois destaca-se como principal hipótese que a relação cultural entre os países em questão, vistos sob o foco do intercâmbio africano-europeu-americano a partir do século XVI, economicamente motivado pela cana-de-açúcar e escravidão, a última em função da primeira, desencadeou uma segunda fase marcada pela interculturalidade entre Cabo Verde e Brasil, mais nítida a partir do século XIX. Neste sentido, a autora fará algumas referências para estudos futuros nas considerações finais deste trabalho.

Assim, as actividades agro-açucareiras coloniais foram importantes e vigentes durante vários séculos, estas que se conectam ou se assemelham nos países de estudo, com uma herança que deve ser salvaguardada.

Objectivo Geral

Pretende-se resgatar os laços históricos entre Cabo Verde e Brasil, estudando-os enquanto colónias portuguesas e por serem culturas interatlânticas, destacando a cana-de-açúcar como produto relevante na base de ligação entre ambos, suscitando sua importância e a persistência de aspectos económicos, técnicos, sociais e culturais nos dois países.

Objectivos Específicos

- Analisar a história da colonização portuguesa em Cabo Verde e no Brasil sob o ponto de vista da cultura da cana-de-açúcar;
- Salientar que a cana-de-açúcar foi de grande importância nos Descobrimentos portugueses e na manutenção dos mesmos, através do tráfico de escravos e de produtos nas rotas atlânticas;
- Fazer um paralelo da cultura da cana-de-açúcar no Brasil e em Cabo Verde;
- Compreender o legado cultural da cana-de-açúcar suscitado pela sua terminologia, tecnologia e sobrevivência no quotidiano destes países.

Metodologia

Discutir o método significa problematizar não somente as regras de pesquisa histórica, o desafio reside sobretudo na compreensão da significação cultural do passado contemporaneizado. (Diehl, 2003, p. 93).

Este trabalho basear-se-á na historiografia, que se constitui no método e nas práticas da escrita da História de maneira restrita. Desta forma, ela baseia-se em estudar, interpretar e escrever a história em si. No que tange ao método de abordagem, ou seja, das formas de raciocínio e de argumentação do tema, será utilizado o Método dialéctico, onde se destacam os processos, desencadeando em um desenvolvimento progressivo.

Segue-se o padrão da historiografia baseada na abordagem dialéctica e a História Comparada (paralelo) no contexto colonial português para compreensão cultural do Brasil e de Cabo Verde, fazendo uma ligação entre estes, no que refere às suas bases históricas a partir do factor de troca e, cabe salientar, que no método comparado não há relevância de uma cultura sobre a outra, apenas um paralelo para que se perceba o factor de influência mútua.

No que concerne à História Comparada, que passou por um período de alterações, actualmente, propõe a comparação como construção de conjuntos comparáveis, definindo o método comparativo como destinado a “*comparar o incomparável*”. (Detienne, 2000 *apud* Theml; Bustamante, 2007, p.10).

A comparação poderá percorrer tanto as sociedades antigas quanto as actuais, as simples e as complexas, colocando em perspectiva as singularidades, as repetições, o tempo e o espaço. (...) É necessário afastar-se de todo o tipo de hierarquização de culturas e sociedades, de níveis de realidades estanques ou de supremacia de um domínio sobre o outro, pois existem diversas redes de imbricações, quando se tratam de fenómenos sociais, que não são necessariamente lineares, causais e evolutivos (...) Logo não há preocupação com hierarquias, pois não se objectiva formular modelos abstractos, leis gerais, relações de causalidades, origem nem essência dos fenómenos, mas sim descobrir formas moventes e múltiplas com as quais as sociedades se depararam, as representaram e se transformaram. (Theml; Bustamante, 2007, p.11).

Para o desenvolvimento da dissertação, realizou-se pesquisa, bibliográfica e webgráfica, de fontes diversas, nacionais e internacionais, e com selecção baseada em

factos/fases e argumentos que suscitassem a ligação entre os países em estudo. De carácter multidisciplinar, destacam-se seguintes áreas de conhecimento:

- História da Colonização Portuguesa, nomeadamente em Cabo verde e no Brasil
- Geografia humana
- Economia açucareira
- Património agro-açucareiro

Específica para os seguintes temas:

- História dos descobrimentos e colonização portuguesa em Cabo Verde e no Brasil;
- Rotas atlânticas e intercâmbios de produtos no contexto colonial português;
- A história da cana-de-açúcar;
- Actividades agro-açucareiras em Cabo Verde e no Brasil;
- Comércio dos derivados da cana;
- Terminologia e Tecnologia do açúcar.

Sobre os itens acima, salienta-se que foi dado destaque à Ilha de Santiago em Cabo Verde (e menos para Santo Antão, pela delimitação temporal da pesquisa) e para a Região Nordeste do Brasil (além de breves citações de Minas Gerais), por se configurarem como locais onde houve maior relevância da temática e do contexto histórico.

Desta forma, tratando dos capítulos em específico, tem-se a seguinte estrutura textual:

O primeiro capítulo considera os aspectos gerais da expansão colonial portuguesa, como o contexto económico e social europeu, as motivações e as rotas Atlânticas. Procura-se fazer um estudo sobre a inserção e a importância de Cabo Verde e do Brasil nos circuitos interatlânticos, destacando o primeiro como ponto geoestratégico rumo ao segundo.

No segundo capítulo faz-se um breve enquadramento geográfico e, a partir do mesmo, a relação entre as diferenças entre os países de estudo e sua integração inicial. Em seguida

relevam-se aspectos fundamentais do relacionamento inicial entre Cabo Verde e Brasil, destacando a dispersão de plantas pelo Atlântico, descrevendo a troca de espécies entre Cabo Verde e Brasil, por intermédio dos portugueses e as suas implicações.

Em continuação ao intercâmbio atlântico colonial português, será estudada no capítulo três, a importância da cana-de-açúcar. Sua dispersão pelos portugueses, experimentação em Cabo Verde e relevância socioeconómica no Brasil, ainda como receptor de escravos ladinizados em Cabo Verde.

No capítulo quatro, a autora traz considerações acerca da influência mútua no que concerne às actividades agro-açucareiras em Cabo Verde (destacando Santiago) e no Brasil (destacando o Nordeste e Minas Gerais) e procura analisar o produto cultural desencadeado por séculos de tradição canavieira. O legado da cana sacarina sob o foco do paralelismo Cabo Verde – Brasil será identificado na terminologia e na tecnologia do açúcar. Desta forma tratar-se-á de evidenciar e salvaguardar a interculturalidade.

Salienta-se que, nas considerações finais, além de comentar sobre o decorrer e resultados deste trabalho, a autora suscitará no leitor a ideia de continuidade temporal deste paralelismo, através das referências do intercâmbio cultural realizado entre Cabo Verde e Brasil.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DE CABO VERDE E DO BRASIL NA EXPANSÃO COLONIAL PORTUGUESA

É oportuno salientar que o conteúdo deste capítulo se centra nos aspectos gerais da expansão colonial portuguesa e uma análise da mesma. Estes que são fundamentais e que proporcionarão ao longo deste trabalho a compreensão da ligação entre Cabo Verde e Brasil, especificamente sob a óptica das rotas atlânticas.

1.1. Considerações acerca dos descobrimentos Portugueses

No fim da Idade Média, a Europa procurava romper as estruturas servis do feudalismo e estabelecer o crescimento da actividade comercial; era o início do Mercantilismo¹. Esse que, mesmo com as revoltas sociais, crescimento das cidades, revoltas camponesas e pestes que assolavam o continente, teve sua necessidade e importância de desenvolvimento declarada.

No século XV, além do sector económico, eram várias as áreas que suscitavam mudanças, a citar nas novas visões e valores para o início da Idade Moderna², a ciência começou a desenvolver-se mais rapidamente aplicada às tecnologias que permitem a facilitação de actividades mercantis e, inclusive, as crenças, nomeadamente a Igreja Católica³ tinha o seu Império consolidado e beneficiou da ciência⁴. Era uma época onde a crença, a ciência e os valores do Renascimento⁵, condicionaram o que pode se chamar de “Expansão Europeia”.

A motivação para esta expansão também se encontra na busca das lendárias riquezas da Índia, da China e do Japão, que foi estimulada, durante a época medieval, em que viagens

¹ A destacar entre os séculos XV e XVIII, eram instituídas na Europa, ideias e práticas económicas, que tinham como fim o fortalecimento do Poder Absoluto. Incluíam o mercantilismo comercial e marítimo, o bulionismo ou metalismo e o colbertismo ou balança comercial favorável.

² Compreende o período desencadeado pela queda de Constantinopla em meados do século XV, o que desestruturou o Império Romano no Oriente, de acordo com vários autores marca-se o fim da Idade Média e início de uma época que iria culminar até os fins do século XVIII, cabe citar, para melhor referência, até a Revolução Francesa.

³ Teve no século XV que se fortalecer diante da Reforma Protestante.

⁴ Cientificismo religioso.

⁵ Salienta-se que neste período, a Idade Moderna (acima) teve suas raízes, no que concerne à sua delimitação temporal há discordância entre vários autores, mas deve ser considerado que iniciou no final da Idade Média e perde sua força nos fins do século XVII período de destaque do Barroco.

exóticas reforçaram o clima de misticismo (este que induz ao desejo de conhecer, de se aventurar) por exemplo, pelos relatos de viajantes, nomeadamente Marco Pólo e da busca de metais preciosos e dominação de territórios e povos.

Cabe ressaltar que a Europa teria que se expandir para fortalecimento da sua actividade mercantil e necessitava de rotas que proporcionassem uma viagem segura até aos principais comerciantes de especiarias no Oriente (salientando a Índia). Neste contexto, destaca-se Constantinopla⁶, grande entreposto entre Oriente e Ocidente da época e que em 1453 teve a sua queda pela conquista da capital Bizantina pelo Império Otomano, acabando com o Império Romano no Oriente e com a rota comercial estratégica deste período. Nota-se mais um impulso à expansão marítima europeia, que teve como um dos países pioneiros, Portugal.

Destaca-se Portugal nas primeiras navegações em busca da rota ao Oriente e de fortalecimento mercantil em uma Europa expansionista. A citar que, entre o Renascimento e Revolução Francesa, este país, além da Espanha, Holanda, Inglaterra e França foi das nações europeias de vanguarda nas descobertas e colonizações em outros continentes.

Esta expansão europeia ergueu-se sobre o império marítimo que era antes de 1498, veneziano, data em que Vasco da Gama atinge Calicut⁷ e antes, funda-se no comércio das especiarias e das «drogas». Como tinham desviado a pimenta indiana das rotas pérsicas e próximo-orientais para fazer passar por Lisboa. (Andrade et al, 1975, p.72).

Para um melhor entendimento dos portugueses nos Descobrimentos, deve ser salientada a posição do país. Começado em pequeno condado, alargado para o sul nas lutas contra os Mouros, utilizando sempre o Atlântico, de forma a evitar tentativas de expansão para outros reinos da península, talvez por causa de compromissos e dificuldades de vencer e de haver reconhecimento de posse de terras conquistadas, sem dúvida, mais aceite, quando se tratava de terras de não seguidores da religião cristã. (Ferrão, 2005).

Para que esta expansão acontecesse e fosse bem sucedida era necessário um suporte das teorias científicas que reforçavam o ideal dominante do colonizador⁸ e da instituição de maior poder da época: a Igreja Católica. Trata-se de um reforço ideológico, que ajustará os processos ocorridos na dominação de outros povos, a fim de justificar e motivar os europeus

⁶ Actual Istambul, capital da Turquia.

⁷ Situada na Costa Ocidental da Índia.

⁸ Supracitado em cientificismo cristão

na conquista do novo mundo. Cabe salientar que os Jesuítas, consequência da Companhia de Jesus, foram de fundamental importância na colonização.

Os jesuítas usavam termos bíblicos a favor da colonização de escravos em uma justificativa para a superioridade de uma raça sobre a outra, o cristão e o pagão, tentou-se convencer este último do caminho que o levasse a uma vida após a morte no “Paraíso”.⁹ «Trabalhem e rezemos, do ar viveremos, no céu comerão bolos os que vivem como tolos». ¹⁰ (Boxer, 1989, p.52).

É importante destacar que a nação portuguesa foi pioneira nas navegações intercontinentais, sendo que alguns factores a favoreceram neste sentido. Desde logo, a situação geográfica, que pode ser considerada estratégica, já que se situa no extremo ocidente europeu, favorecida pelo seu litoral, este que cabia como entreposto comercial Europa e África, mar Mediterrâneo e oceano Atlântico. Outro factor a ser citado seria acesso aos conhecimentos técnicos à navegação, iniciados pela experiência de pesca em alto mar feita na baixa Idade Média.

Faziam a cabotagem utilizando a barca e o barinel¹¹ até ao século XV, neste contexto fizeram as primeiras viagens às Canárias, Madeira e Açores e Cabo Verde, além de terem percorrido a costa até à Mauritânia. No entanto, para avançar mais ao sul, estas embarcações foram substituídas pelas caravelas e as naus.

No que tange ao poder do Estado, Portugal foi também pioneiro na centralização monárquica com a Revolução de Avis no século XIV. Nesta época, o Monarca D. João de Avis estava de acordo com os interesses comerciais da burguesia.

Quanto à terra, aceitou-se o direito internacional vigente no século XV que era lícito tomar para si, as ilhas desabitadas que descobrissem nos Oceanos, e também as terras continentais e suas gentes, que pertenceriam ao Estado que primeiro as encontrasse, desde que não possuíssem governo autónomo organizado. (Andrade et al., 1975, p.10)

Desta forma, o Mar ficaria fechado aos demais países europeus, que só participariam nas rotas das descobertas com a licença do primeiro inventor.

⁹ Simbologia do local dos cristãos seguidores pós morte, de acordo a doutrina católica e seus preceitos.

¹⁰ Tradução livre de : «God bless the squire and His relations, and keep us in our proper stations» (N. do T) In BOXER; C.R. A Igreja e a Expansão Ibérica (1440 a 1770). Rio de Janeiro: Edições 70, 1978.

¹¹ Frágeis embarcações de um mastro com vela quadrangular simples.

De acordo com este princípio, é oportuno salientar a *Bula Inter Coetera* que foi assinada em 1493, pelo Papa espanhol Alexandre VI. Esta delineava um meridiano hipotético a 100 léguas a Ocidente de Cabo Verde. Todas as terras a oeste deste meridiano pertenceriam à Espanha e a leste pertenceriam a Portugal, que se sentiu em desvantagem, o que levou à Instituição de outro tratado, o de Tordesilhas.

O Tratado de Tordesilhas, em 1494, foi assinado entre Portugal e Castela, com o estabelecimento seccional mundial em duas áreas de exploração: uma portuguesa e outra castelhana. Sendo a primeira equivalente às terras descobertas e a descobrir situadas antes da linha imaginária que demarcava trezentos e setenta léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde, e à segunda as terras que ficassem além desta linha.

Para completar, no que cabe ao factor económico, pode-se citar que a cidade de Lisboa, na época do Renascimento comercial do fim da Idade Média, onde havia actividade mercantil entre o Mar Mediterrâneo e o Mar Norte, foi um importante entreposto.

A História mostra que, mesmo que outros povos fossem navegadores, os portugueses abriram caminhos que ligaram povos de todo o mundo. (Barcellos, 2003).

1.2. Inserção e importância de Cabo Verde e do Brasil nas rotas atlânticas portuguesas

O objectivo inicial e prioritário das navegações era o de descobrir o caminho para as Índias. Caminho esse que fosse seguro e promissor, ao contrário da rota por terra, sujeita aos saques e à interferência de outros povos; mas este não foi o único, e à medida que Portugal descobria novas terras, aumentava seu poder económico e sua experiência além-mar.

No caso da Rota rumo à Índia, o objectivo condiz com o comércio de especiarias, como pimenta, canela e cravo, etc. Mas não só: obtinham-se muitas outras mercadorias para assim aumentar a lucratividade e os investimentos em expedições desta natureza. O mesmo deve ser ressaltado no que tange aos outros roteiros traçados pelos portugueses e que depois desencadearam um complexo intercâmbio de mercadorias, de homens (tráfico negro), de culturas.

As especiarias foram de grande utilidade na Antiguidade europeia, sobretudo nas zonas de influência greco-romana, muito utilizadas como drogas medicinais. (Ridley, 1912). Só mais tarde as especiarias foram utilizadas para “temperar” a comida, tal como sucedeu com o açúcar.

Inicialmente, atravessou-se o Oceano Índico, o Mar Vermelho, através de caravanas nas terras de contacto da África e Ásia, onde passavam por várias situações de risco no que concerne à segurança, além do pagamento de altos impostos cobrados por cada local de passagem. Por isso o valor elevado das mercadorias na Europa. (Machado e Campos, 1969 *apud* Ferrão, 2005).

As rotas marítimas portuguesas foram feitas entre quatro continentes: Europa, África, Ásia e América. Estas passam pelas Ilhas Atlânticas como Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde, além de pontos estratégicos em países continentais do ocidente africano como Cabo Bojador e Boa Esperança, entre outros.

Só com muita boa vontade e desejo de simplificação, se pode falar para o Atlântico dos portugueses, de rota das ilhas, rota da Guiné e rota do Brasil. Há apenas uma rota bem definida e relativamente estável, a «Carreira da Índia». Todo o resto é imensamente mais complexo, nas suas flutuações, diversificações e complementaridades (...) Após a escala da Ilha de Santiago na primeira viagem de Vasco da Gama, praticou-se na maior parte das viagens seguintes uma escala em Bezequiche, na angra logo ao sul da península de Cabo Verde, prática que se abandonou ainda na primeira década do século XVI. A escala no Brasil foi rara e ocasional a escala na costa a leste do Cabo da Boa Esperança. (Mota, s.d, p.18).

Após a Tomada de Ceuta, em Marrocos, no estreito de Gibraltar, em 1415, os portugueses lançam-se no Oceano Atlântico, reconhecendo terras mais próximas. Em 1418 chegam a uma ilha a que chamam Porto Santo e no ano seguinte a uma outra a que dão o nome de Madeira (este nome já aparecia em mapas anteriores). O mesmo aconteceu nas ilhas dos Açores, reconhecidas a partir de 1427. Em 1433, chegou-se às Ilhas Canárias. (Magalhães, 2009).

Em 1434, Gil Eanes empreendeu uma nova tentativa, a de ultrapassar o Cabo Bojador. A passagem deste cabo constituiu um marco importante na expansão portuguesa, pois, por um lado desfizeram-se os mitos medievais, destruindo a crença fixa dos mareantes de que o oceano não era navegável para além do Cabo Bojador; por outro lado abriu-se o caminho para a exploração da costa ocidental de África.

Com a descoberta oficial das Ilhas de Cabo Verde (desabitadas), entre 1460 e 1462, em duas viagens sucessivas, pelos navegadores ao serviço de Portugal, Diogo Gomes e António de Noli, genovês, cabe salientar a importância das ilhas e de alguns pontos continentais como vértices das rotas da colonização, complementando as formas de

exploração económica e comercial, pelas viagens directas da Coroa, dos arrendatários ou mesmo de liberdade concedida aos povoadores das mesmas.

Primeiramente foram descobertas as ilhas de Santiago, Fogo, Maio, Boavista e Sal, em seguida São Nicolau, Santa Luzia, São Vicente e Santo Antão; só depois se verá a que denominaram de Brava, e, para aproveitamento económico deste arquipélago, era necessário o seu povoamento. Assim, esse terá começado em 1462 pela Ilha de Santiago, seguida do Fogo e sucessivamente de outras ilhas. (Albuquerque; Santos, 1999).

Logo por 1461 ou 1462, terão começado os propósitos de colonização da ilha de Santiago, com a costumada distribuição de sesmarias a genoveses e a portugueses. Todavia, difícil e moroso tornou-se encontrar gente disposta a ir para lá por "ser tão alongada de nossos reinos". Isto apesar das isenções fiscais que o monarca concedeu. Mais: os moradores ficavam livres de pagamento de direitos alfandegários na introdução no reino de produtos do trato com as costas africanas fronteiras. Desde que os conseguissem por troca com "suas novidades e colheitas". O que acabou por significar fazer do arquipélago um entreposto no trato de escravos africanos, que era o que de mais comum e de maior valor os moradores traziam dos rios de Guiné. (Magalhães, 2009, p.166).

De qualquer modo, ganhariam lugar novas experiências de contactos culturais entre os portugueses e alguns outros europeus e negros tomados como escravos. Um dos efeitos mais evidentes foi a “produção” de mestiços. De tal forma que um alvará de 1620 ordenava que fossem embarcadas *para Cabo Verde as mulheres que se costumava degredar para o Brasil, a fim de que se extinguia quanto possível a raça de mulatos.* (Santos, 2007, p.14). É oportuno comentar que nesta citação se nota a presença de indícios da função de entreposto colonial desenvolvidos neste arquipélago, estes que se fazem não só através de plantas e animais, mas também de seres humanos.

A motivação principal que levaria à necessidade de ocupação do espaço de Cabo Verde, designadamente da ilha de Santiago que foi aquela que pareceu menos desfavorável desde os primórdios, foi a sua situação geoestratégica. Esta determinou, de imediato, a obrigatoriedade do seu povoamento de modo a que, efectivamente, pudesse servir de base de apoio logístico da navegação atlântica.

As ilhas passam a ter importância. Estas foram chamadas a desempenhar, desde o início da progressão dos portugueses em direcção à ponta meridional de África, o papel de placa giratória no quadro do abastecimento de navios em água e víveres. (...) O Procurador dos moradores da vila da Ribeira Grande, João Jorge, em 1510 pedia a confirmação dos privilégios concedidos em 1466 por D. Afonso V. Entre as razões aduzidas para que tal confirmação se concretizasse, era grande o peso da posição geográfica de Santiago, que conferia inestimável apoio aos navios de longo curso. (...) por seu turno, o contador de Cabo Verde, André Rodrigues, em carta dirigida ao rei D. João III, em 1549, dizia o seguinte em documento publicado por Brásio, p. 395, em que diz que “pouco se alembra [sic] Vossa Majestade desta ilha de Santiago, merecendo-lhe lembrar-se dela”. Complementa: “porque tirando a cidade de Lisboa, nem duas cidades do Reino rendem tanto como ela, porque vai em crescimento por razão que toda a navegação de Brasil e de Peru e das Antilhas e da Ilha de S. Tomé para todas é repairo” [sic]. (Pereira, 2007).

É oportuno salientar que, em Março de 1500, Cabral passou por Cabo Verde, Ilha de São Nicolau, antes de seguir rumo ao Brasil. Cabe ressaltar esta questão, pois destaca-se como um apontamento no paralelismo a ser configurado nesta dissertação:

“Numa espécie de promontório sobranceiro ao mar no porto da Preguiça e guardado por oito antigas e ferrugentas bocas-de-fogo languidamente esparramadas na poeira vermelha como que banhos numa praia deserta, existe um padrão do tipo henriquino que diz que no ano de 1500, dia 22 de Março, passou ao largo da ilha de S. Nicolau a armada de Pedro Álvares Cabral na rota da descoberta das terras de Vera Cruz.” (Almeida, 2010).

Alonso de Sotomayor e Diego Flores e Valdez referem-se à importância estratégica de Cabo Verde e ao apoio logístico concedido à armada espanhola a caminho do Brasil. Eles tratam a Ilha de Santiago como entreposto de grande importância para a Realiza espanhola. (Brásio *apud* Pereira 2007).¹²

Em 22 de Abril de 1500, Cabral chegou ao Brasil. No que concerne a esse país, nas suas rotas com paragens nas ilhas atlânticas para escalas de complemento de carga, pode-se

¹²É oportuno citar um trecho retirado de Brásio, Pe. António - *Monumenta Missionária Africana (África Ocidental)*, 2ª série, Vol. III, Doc. 14, p.90, 92 e 93 *apud* Pereira, 2007 que ilustra esta afirmativa sobre Alonso de Sotomayor e Diego Flores Valdez. Para o primeiro, teria sido forçoso deixar de "a sido forçoso detenerse aqui la armada algunos dias para hazer carne e lema". Para o segundo, dando "cuenta del suceso de la jornada, hasta llegar a este puerto de Santiago de Cabo Verde... Adonde me he detenido más de lo que yo quisiera, por venir algunas naos algo maltratadas, lo outro por hacer aqui algunos bastimientos ... y por lo que yo he visto, y entiendo, es una islã de mucha importância para el servicio de Vuestra Majestad y de su real hacienda".

dizer que se tinha navegação diferente da Carreira da Índia ou Rota do Cabo, uma navegação isenta da tutela de instituições centrais ou locais.

Várias referências demonstram que Portugal sabia da existência de terras a oeste desde a chegada de Colombo à América e já havia garantido parte delas pelo Tratado de Tordesilhas (já citado neste trabalho). E seus navegadores conheciam bem as correntes marítimas do Atlântico Sul. Com a chegada de Cabral, o país toma posse oficialmente das novas terras.

O português, no início de sua colonização no Brasil, possuía experiência acumulada durante o século XV, na Ásia e na África, na Madeira e em Cabo Verde. Entre tais experiências, o conhecimento de plantas úteis, alimentares e de gozo que, no Brasil, seriam transplantadas com êxito, de certas vantagens do sistema de construção asiático, adaptáveis ao trópico americano, além da capacidade do negro para o trabalho agrícola. (Freyre, 1977).

Ressalta-se que nos seus primórdios, século XVI, houve apenas o interesse em ocupar a longa faixa costeira do Brasil, e foram necessárias algumas dezenas de anos para que a economia açucareira, posterior à do Pau-brasil, fosse para uma fase mais estável.

É importante citar que, em 1534, o rei D. João III criou as capitânicas hereditárias, ao dividir a colônia em 14 largas faixas de terra, e as entrega a nobres e fidalgos do reino, os capitães donatários, para explorá-las com recursos próprios e governá-las em nome da Coroa. Assim, em troca do compromisso com o povoamento, a defesa, a exploração das riquezas naturais e a propagação da fé católica, o rei atribuiu aos donatários inúmeros direitos e isenções. As capitânicas conseguem desenvolvimento pequeno pela falta de verbas ou por desinteresse dos donatários, mas contribuem para manter mais afastados os estrangeiros.

Com as considerações expostas neste capítulo, pode-se salientar que, com a paragem e exploração comercial nas colônias, para Portugal, com uma experiência comercial além-mar em desenvolvimento, seria oportuna a fixação nos pontos de passagem para uma exploração económica mais efectiva e regular.

2. CABO VERDE E BRASIL E AS SUAS RELAÇÕES INICIAIS

Este capítulo procura fazer a análise das relações iniciais entre Cabo Verde e Brasil, dando seguimento à fundamentação teórica exposta no capítulo anterior, onde se estudou a inserção de Cabo Verde e do Brasil e a sua importância no contexto da expansão portuguesa, e já se verificou os primeiros contactos entre os dois países.

Primeiramente, achou-se oportuna a inserção de dados geográficos acerca dos países em estudo, para suscitar no leitor a relação entre suas diferenças nesta matéria e sua integração inicial.

2.1. Enquadramento geográfico

Faz-se necessária a inserção de generalidades sobre a geografia de Cabo Verde e do Brasil, para melhor compreender seu relacionamento inicial. Cabe ressaltar que devido à grande extensão de material sobre os seus aspectos geográficos, a autora procurou seleccionar apenas conteúdos que demonstrassem relevância nesta temática e que se tornam breves para dar espaço aos que mais interessam à sua problemática.

Objectiva-se, então, demonstrar a situação de complementaridade, induzida pelas disparidades geográficas destes dois países.

2.1.1. Cabo Verde

O factor climático sempre condicionou a vida e a vivência dos cabo-verdianos. E esta condição é marcante e determinou, de certo modo, a forma de lidar com a natureza, dos cabo-verdianos, o seu modo de vida e moldou também o seu espírito de aventura e desafio de lutar contra as adversidades de uma natureza que sempre foi madrastra. (Borges, 2005, p.25).

Cabo Verde situa-se na zona tropical do Atlântico Norte, com distância de 450-500 km do promontório africano que lhe deu o nome. O país tem dez ilhas e alguns ilhéus de origem vulcânica, entre as latitudes 14° 23 e 17° 12N, e as longitudes de 22° 40 e 25° 22°. Possui uma área total de terras emersas de 4,033 km². Santiago é a maior ilha, com 991 Km² e Santa

Luzia, com 35 Km², a menor. Pela sua posição geográfica, marca extremidade ocidental da faixa do Sahel, caracterizada por condições climáticas de aridez e semiaridez, na dependência de fenómenos que acompanham as migrações anuais e seculares da convergência intertropical. Quando nos movimentos para o norte, tal faixa pluviogénica da circulação atmosférica não alcança as ilhas e desencadeia secas e crises. Estes que vêm sendo os maiores desafios da população que vive, fundamentalmente, da agricultura pouco diferenciada e algumas actividades a ela interligadas. (Santos, 2007).

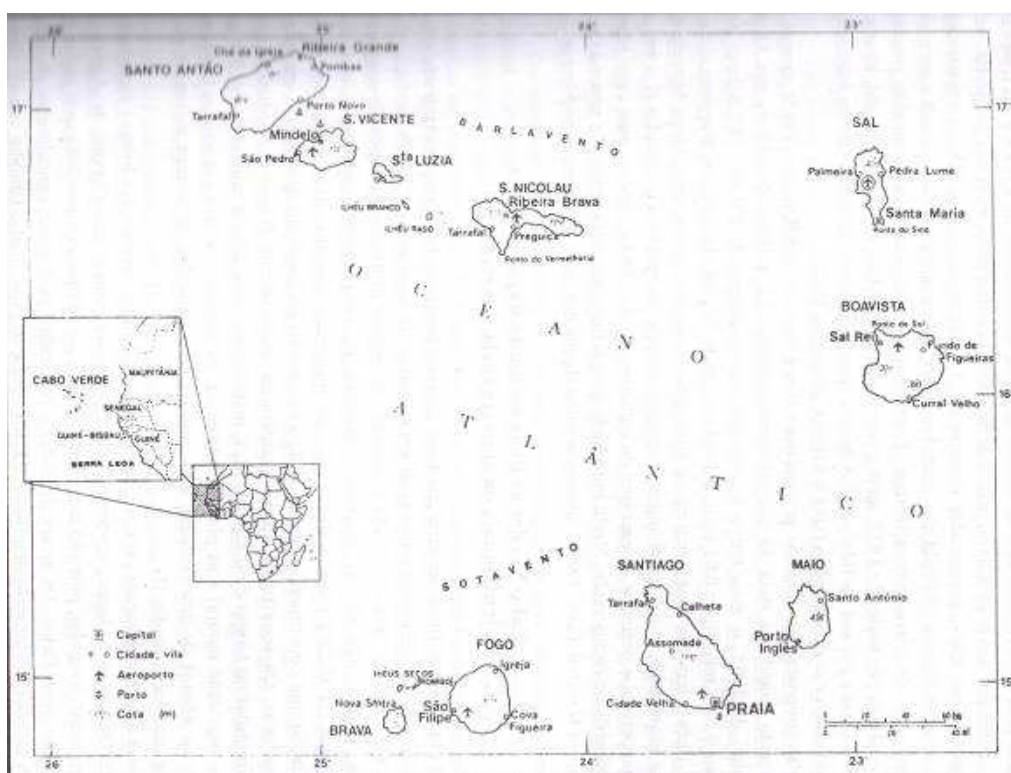


Figura 1. Mapa Cabo Verde: as ilhas e a sua localização geográfica

Fonte: SANTOS; Maria Helena Madeira. **História Concisa de Cabo Verde.** 1ª ed. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto de Investigação e do Património cultural, 2007, p.5.

As ilhas dividem-se em dois grupos, de acordo com a posição das mesmas em relação aos ventos alísios do Nordeste. Sotavento ao sul é formado por Maio, Santiago, Fogo, Brava e os ilhéus do Rombo, Luís Carneiro e Cima. As Ilhas do Norte compõem o grupo de Barlavento: Santo Antão, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boavista e os ilhéus Branco e Raso.

Quadro 1. Dimensões máximas das ilhas e dos ilhéus que constituem o seu território emerso

Ilhas e ilhéus		Dimensões máximas (m)			Superfícies aproximadas (km ²)
		Comprimento	Largura	Altitude	
Grupo de barlavento	Santo Antão.....	42 750	23 970	1 979	779
	S. Vicente.....	24 250	16 250	725	227
	Santa Luzia.....	12 370	5 320	395	35
	Branco.....	3 975	1 270	327	3
	Raso.....	3 600	2 770	164	7
	S. Nicolau.....	44 500	22 000	1 304	343
	Sal.....	29 700	11 800	406	216
	Boavista.....	28 900	30 800	387	620
Grupo de sotavento	Maio.....	24 100	16 300	436	269
	Santiago.....	54 900	28 800	1 392	991
	Fogo.....	26 300	23 900	2 829	476
	Brava.....	10 500	9 310	976	64
	Grande.....	2 350	1 850	95	2
	Luis Carneiro.....	1 950	500	32	0,22
	Cima.....	2 400	750	77	1,15
Arquipélago.....		—	—	—	4 033,37

Fonte: SANTOS; Maria Helena Madeira. **História Concisa de Cabo Verde.** 1ª ed.

Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto de Investigação e do Património culturais, 2007, p.4.

O arquipélago de origem vulcânica apresenta um relevo essencialmente acidentado, exceptuando-se as ilhas orientais, designadas de ilhas “rasas” (Sal, Boavista e Maio), com predomínio de formas de relevo planas e algumas pequenas elevações. As restantes ilhas caracterizam-se por relevos muito acidentados com altitudes superiores a 1000 metros e por vezes com declives acentuados e de difícil acesso, vales profundos e encaixados, em nítido contraste com as ilhas rasas. O ponto mais alto do arquipélago é o Pico (vulcão) do Fogo com 2829 metros de altitude, sendo o segundo ponto mais alto da Macaronésia depois do vulcão Teide nas ilhas Canárias (Borges, 2005).

O clima Tropical seco caracteriza-se por duas estações ao longo do ano, sendo uma seca de Dezembro a Junho, chamada de época das brisas onde não ocorrem chuvas e a temperatura é amena. Ressalta-se que, por ter localização oceânica, o arquipélago possui amplitude térmica baixa. A outra estação, de menor duração - Julho a Outubro, denominada “as águas”, é o período das chuvas irregulares e escassas, onde se registam as temperaturas mais altas do ano.

A vegetação do arquipélago é pobre e o ecossistema muito frágil e dependente da época das chuvas que ocorrem durante um curto período de três meses, com irregularidade. Esta questão não favorece o desenvolvimento de espécies exuberantes e nem propicia uma agricultura de sustentabilidade. Um dos factores que teriam contribuído para o empobrecimento da biodiversidade natural e original do arquipélago teria sido a sua colonização com a prática da agricultura e criação extensiva do gado, especialmente o caprino. (Chevalier, 1935 *apud* Borges 2005).

Grande parte das espécies existentes foi introduzida pelo homem, sobretudo do ponto de vista florístico, representado maioritariamente por espécies herbáceas que são mais adaptadas ao clima, em detrimento da vegetação arbórea, mais exigente em água. Podemos, portanto, caracterizar a flora de Cabo Verde da seguinte maneira: espécies da Macaronésia, espécies da África tropical e espécies de plantas introduzidas com a colonização. Este conjunto constitui a biodiversidade biológica de Cabo Verde. (Chevalier, 1935 *apud* Borges 2005, p.26-27).

É oportuno comentar que a cidade de Ribeira Grande, primeiro núcleo populacional existente em Cabo Verde, foi em seus primórdios um pequeno campo de experimentação das principais culturas divulgadas durante o período da expansão marítima, e contribuiu para difusão de espécies vegetais. Cabe salientar que as adversidades climáticas não permitiram a perpetuação e divulgação dessas espécies nas ilhas em larga escala. (Borges, 2005).

Neste sentido, é oportuno inserir a citação que se segue:

Nos constantes desafios de sobrevivência se caldearam a populações e sociedades das ilhas. Descobertas no ciclo das navegações portuguesas, as ilhas estavam desertas. Recorremos à criação poética de Jorge Barbosa na reconstituição destes momentos, registada em «Prelúdio», de Cadernos de um Ilhéu, 1956: “ Quando o descobridor chegou à primeira ilha/ nem homens nus/ nem mulheres nuas/ espreitando/ inocentes e medrosos detrás da vegetação. /.../havia somente/ as aves de rapina/ de garras afiadas/ as aves marítimas/ de voo largo/ as aves canoras/ assobiando inéditas melodias./ E a vegetação cujas sementes vieram presas/ nas asas dos pássaros/ ao serem arrastadas para cá/ pelas fúrias dos temporais. Foi o desafio inicial, nessa hora inicial. Em que começou a cumprir-se/ este destino ainda de todos nós”, na expressão do mesmo poeta. (Santos, 200, p.137).

Após a colonização, foram introduzidas espécies de mamíferos ainda hoje existentes, como o gado bovino, equino e caprino. Também foram introduzidas outras espécies como coelhos, porcos, cães, macacos e gatos.

Sobre as espécies vegetais inseridas no arquipélago, segue o quadro:

Quadro 2. Principais Espécies introduzidas pelo homem em Cabo Verde.

Finalidade das espécies	Nome Comum	Nome Vernáculo
Espécies comestíveis utilizadas na alimentação	Milho Fava Batata-doce Batata comum Tomate	<i>Zea mais</i> L <i>Phaseolus lunatus</i> L <i>Ipomoea batata</i> Poir. <i>Solanum tuberosum</i> <i>Lycopersicum esculentum</i> Mill
Espécies utilizadas para fins diversos: industria, medicina	Lantana Carrapato Sisal Purgueira Rícino Vinha Cana-de-açúcar Macieira Laranjeira Figueira-de-Portugal Alfarrobeira	<i>Lantana camara</i> L <i>Furcraea gigante</i> Vent <i>Agave sisalana</i> <i>Jatropha curcas</i> L <i>Ricinus communis</i> L <i>Vitis vinifera</i> L <i>Saccharum officinarum</i> L. <i>Malus spp</i> <i>Citrus aurantium</i> L <i>Ficus carica</i> L.

Fonte: BORGES, Aidil de Carvalho Martins Barbosa. **O património ecológico e arqueológico da Cidade Velha: subsídios para o uso sustentável dos recursos naturais e do desenvolvimento turístico.** Florianópolis, Brasil, 2005, 198 p. (Dissertação de Mestrado em Gestão Ambiental da Universidad de León: Fundação Universitária Ibero-americana). p. 28.

Cabo Verde é um dos países mais pequenos do mundo (Sanches, 2005). No entanto não deixa de ser um local de especial contribuição para a expansão colonial portuguesa. Sua paisagem complementa outras, quando se trata de cultivo e experimentação, e a sua receptividade e dispersão cultural merecem destaque no contexto mundial.

2.1.2. Brasil

A imagem que nos transmite da realidade física do Brasil é também a do deslumbramento do olhar e do sentir pela beleza e variedade da natureza. Assim, regressa aos temas edênicos para descrever uma natureza pródiga, belíssima e luxuriante: «Esta província é à vista mui deliciosa e fresca em grão maneira: toda está vestida de bastante alto e espesso arvoredado, regada com as águas de muitas e mui preciosas ribeiras de que abundantemente participa toda a terra: onde permanece sempre a verdura com aquela temperança da Primavera que cá nos oferece Abril e Maio. E isto causa não haver lá frios nem ruínas de Inverno que ofendam as suas plantas, como cá ofendem as nossas. Enfim, que assim se houve a natureza com todas as coisas desta província, e de tal maneira se comediou na temperança dos ares que nunca nelas se sente frio nem quentura excessiva». (Gândavo s.d apud Seixas, 2003, p.35).

O Brasil é o maior país da América do Sul e ocupa quase metade de sua superfície. Limita ao norte com a Venezuela, Guiana, Suriname, Guiana Francesa e oceano Atlântico; ao sul com o Uruguai; a oeste com Argentina, Paraguai, Bolívia e Peru e ao noroeste com a Colômbia, sendo seu litoral leste banhado pelo Atlântico. O país tem fronteiras comuns com todas as nações da América do Sul, exceptuando o Chile e o Equador. Os limites territoriais do Brasil totalizam 23.086 km, dos quais 7.367 km com o Oceano Atlântico e 15.719 km com os países vizinhos.



Figura 2. Mapa do Brasil, regiões e estado

Fonte: <http://www.portalbrasil.net/brasil.htm>. Acesso em 23 de Maio de 2010.

O país possui uma superfície total de 8.547.403 km² e é o quinto maior país do mundo, depois da Rússia, China, Canadá e Estados Unidos. Suas maiores distâncias são, no sentido norte-sul, de 4.345 km, e no sentido este-oeste de 4.330 km.

Está situado na porção centro-oriental da América do Sul entre os paralelos de 5°16' de latitude norte e 33°44' de latitude sul, e entre os meridianos de 34°47' e 73°59' de longitude oeste. É cortado ao norte pela linha do Equador e ao sul pelo Trópico de Capricórnio. Em decorrência disso, o Brasil possui 93% do seu território situado no hemisfério sul e 92% na zona intertropical.

A linha costeira tem uma longitude de aproximadamente 8.000 km, apresenta um contorno excepcionalmente regular, sobretudo ao norte, mas várias fendas profundas formam excelentes portos naturais, o que proporcionou a facilitação da criação de grandes portos na época da colonização. Dentre os que se destacaram neste contexto, pode-se citar, o do Rio de Janeiro, Salvador, São Vicente e Recife.

É oportuno salientar que o espaço geográfico brasileiro é bastante aproveitável, tanto no que concerne às culturas agrícolas, como à ocupação humana, pois não possui desertos, glaciares ou cordilheiras (áreas anecúmenas)¹³ como ocorre com a maior parte dos países com grande extensão territorial.

No que tange ao relevo, é um país de altitudes modestas. Aproximadamente 40% do seu território encontra-se abaixo de 200 m de altitude, 45% entre 200 e 600 m, e 12%, entre 600 e 900 m. Apenas 3% constituem área montanhosa, ultrapassando os 900 m de altitude. O relevo do Brasil divide-se de acordo com a classificação de Ab'Saber, que classifica e identifica dois grandes tipos de unidades de relevo no território brasileiro: planaltos e planícies, com estudos mais recentes, o relevo brasileiro tem uma classificação mais detalhada, proposta em 1989, por Jurandyr Ross, que considera três principais formas de relevo: planaltos, planícies e depressões.

Em relação à hidrografia, deve-se considerar que o Brasil possui uma das mais amplas, diversificadas e extensas redes fluviais de todo o mundo, dispõe da maior reserva mundial de água doce e tem o maior potencial hídrico do mundo.

Sobre o clima, o Brasil é, na sua maior parte, tropical. No entanto, no sul tem-se o clima subtropical. A região Norte, que compreende os estados do Amazonas, Acre, Pará,

¹³ Áreas que impossibilitam a plena ocupação do território.

Rondônia, Roraima, Tocantins e Amapá tem clima equatorial, que confere à região uma boa distribuição anual de chuvas, com temperaturas elevadas, e baixa amplitude térmica anual.

Já a região Nordeste tem um clima diversificado, variando de equatorial (Maranhão e parte do Piauí) a semi-árido (a região da Caatinga) e tropical, nos demais estados como no sul da Bahia, Pernambuco, Ceará, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba. Ressalto que nesta região, a destacar em Pernambuco, foi bastante praticada a cultura da cana-de-açúcar, a ser destacada no capítulo seguinte.

Na região Centro-Oeste, com os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, além do Distrito Federal, apresenta clima tropical semi-húmido, com destaque para o período de chuvas, que alimenta o Pantanal mato-grossense.

No Sudeste, que compreende os estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo predomina, nas regiões mais altas, um clima tropical ameno, com quatro estações bem distintas. Já no noroeste do estado de São Paulo e no Triângulo Mineiro predomina o clima tropical semi-húmido semelhante ao do cerrado do Centro-Oeste.

O Sul do país possui clima subtropical, com baixas temperaturas nas serras gaúchas e serras catarinenses, sendo frequente a formação de geadas na região durante o inverno (com ocasional queda de neve) e compreende os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Sobre a cobertura vegetativa, o país é bastante diversificado e as principais áreas são a Floresta Amazônica no norte, a Mata dos Cocais no meio-norte, a Mata Atlântica desde o nordeste até ao sul, a Mata das Araucárias no sul, a Caatinga no nordeste, o Cerrado no centro, o Complexo do Pantanal no sudoeste, os campos no extremo sul com manchas esparsas em alguns estados do país e a vegetação litorânea desde o Amapá até ao Rio Grande do Sul.

Destaca-se um comentário frequente de vários autores, onde o Brasil é muito rico também pela beleza das cores e pelos sons maravilhosos da sua natureza luxuriante e dotada de uma beleza às vezes quase excessiva e exótica. Um dos aspectos retratados onde mais se evidencia esta característica é nas sonoridades e variado colorido das aves brasileiras.

As grandezas do Brasil serão igualmente relacionadas com a prodigiosa fertilidade da terra, decorrente de um clima ameno e da extraordinária abundância de águas. Mas as suas grandezas ultrapassavam a semelhança do território brasileiro com o Paraíso, de que conta a presença de quase todos os seus símbolos. A excelência do Brasil concretizava-se na abundância, na variedade, na beleza e no exotismo, que proporcionavam a subsistência dos autóctones, sem que para tal fosse necessário. (Seixas, 2003, p.172).

2.1.3. As disparidades geográficas e o factor de complementaridade

Seria importante considerar, que ao contrário de Cabo Verde, e devido às particularidades geográficas de cada país, estas já evidenciadas, o Brasil apresenta, além de grande diversidade de flora, como se nota com a cobertura vegetativa, mas também de fauna.

Os portugueses teriam assim dificuldades em “adentrar” no país com matas densas e já povoado por indígenas, o que também é dissonante de Cabo Verde, que fora encontrado desabitado.

Apesar das inúmeras dificuldades no início da colonização, os portugueses beneficiaram de um solo fértil e propício para o cultivo, que era um requisito fundamental para sua permanência e investimentos neste país.

Nota-se, desde já, a relevância de estudar a ligação entre países tão diferentes, mas que se complementam (atestar-se-á ao longo deste trabalho) pois pode-se verificar que, enquanto um tem um papel fundamental de entreposto e beneficiou dele em diferentes épocas, o outro o tem no desenvolvimento colonial. Assim ambos com importância no que tange à viabilização e consolidação deste.

E isso torna-se evidente na geografia destes países: Cabo Verde, apesar de escasso em espécimes animais e vegetais faz-se importante, principalmente pela sua localização geográfica, mais próxima da Europa e ao meio do caminho entre e o Brasil; este último, apesar de mais distante do continente europeu, torna-se importante pelo seu potencial de exploração de recursos para extracção e produção de riquezas que fomentaram a colonização portuguesa durante séculos.

No Brasil é evidente a abundância das várias e diferentes espécies com excelentes qualidades nutritivas; a adaptação ao solo brasílico, daquelas que os portugueses, na boa tradição de transplante das espécies, levaram de Portugal, das ilhas e mesmo da longínqua

Ásia, para um ambiente novo e único no Brasil. A terra fértil e a vegetação e água abundantes, além da grande infinidade de espécies nativas fazem com que as de outros mundos se desenvolvam de tal modo que são, na maior parte das vezes, mais abundantes e excelentes no Brasil do que nas suas terras de origem. (Seixas, 2003).

Sob o ponto de vista ecológico, podemos considerar que o arquipélago de Cabo Verde beneficiou com a introdução de numerosas espécies, sobretudo vegetais no seu ambiente natural que foram se adaptando ao ecossistema saheliano, com vista a permitir o desenvolvimento de um espaço agro-ecológico muito próprio. Mas, por outro lado, as espécies tanto da Macaronésia como as tropicais, viveram sempre em ruptura de seus ciclos com o equilíbrio climático, devido a sucessivas secas. Mesmo as introduzidas, mais tarde, após a colonização, grande parte não vingou devido às condições climáticas pouco favoráveis do arquipélago. Houve várias tentativas de introdução e experimentação de determinadas “culturas de rendimento” de origem tropical, com o objectivo exclusivo de serem expandidas e reexportadas para outras paragens. No entanto, *as ilhas negaram-se a receber o melhor produto que o litoral fronteiro lhes podia proporcionar. Foi o Brasil que ministrou o contributo essencial à agricultura cabo-verdiana.* (Ribeiro, 1962, p.142).

Neste sentido, o autor reforça a relevância das trocas de espécies entre Cabo Verde e Brasil e que foram importantes para o desenvolvimento destes países. Estas trocas interatlânticas, dinamizadas pelos portugueses, serão destacadas a seguir.

2.2. Relacionamento inicial entre Cabo Verde e Brasil

De acordo com as informações apresentadas, pode-se afirmar que o relacionamento inicial entre Cabo Verde e Brasil já existia mesmo nos primeiros contactos exploratórios europeus. Estes, por serem os iniciais, eram carregados das primeiras impressões (deixadas pelos colonizadores e assimiladas pelos que permaneceram ou já existiam nas terras colonizadas) de um mesmo contexto histórico e que, por isso, deixaram marcas indeléveis na história destes dois países.

Cabe salientar que os primeiros contactos entre culturas fortalecem uma civilização, pois através deles se desenvolve toda a sequência de factos ao longo de sua existência. Complementam a matriz cultural e podem contribuir no desenvolvimento social.

Este relacionamento foi-se desenvolvendo ao longo dos anos e intensificando-se a partir da paragem estratégica em Cabo Verde, antes da ida para o Brasil citado por (Pereira,

2007) em que “*a descoberta do Brasil, feita por Pedro Álvares Cabral, aconteceu depois de este navegador português ter passado pelo arquipélago cabo-verdiano onde, na ilha de S. Nicolau, parou para se refrescar e fazer aguada*”. (poderão ser revistas mais algumas considerações a este respeito no subcapítulo 1.2 deste trabalho). Deve-se considerar que as paragens posteriores, naturalmente, levavam elementos cabo-verdianos para o Brasil e nas viagens de volta traziam deste país, envolvendo culturalmente ambos.

Relevando o que ficara dessas viagens, nota-se que, neste trabalho, se dá uma atenção especial à cultura da cana sacarina, principalmente no Brasil, pois esta teria sido experimentada nas Ilhas Atlânticas, inclusive em Cabo Verde e levada ao Brasil, onde proporcionou, o que muitos autores chamam de suporte dos Descobrimentos, devido à importância económica do açúcar naquela época e do promissor desenvolvimento deste no Brasil.

Ainda nas marcas deixadas nas paragens estratégicas das navegações atlânticas portuguesas, é oportuno comentar que a evolução destas trocas, de cariz cultural, vista no último capítulo, talvez seja mais nítida e evidente no que tange ao relacionamento entre Cabo Verde e Brasil, já que se trata de uma consolidação das relações, onde a cultura é facilmente perceptível, pois é medida de forma vivenciada. Esta cultura traz suas raízes deste contexto inicial, que tem assim, a sua importância mais uma vez atestada.

Nesta fase, onde se refere à evolução das relações, pode-se dizer a partir do século XVIII (embora estes países nunca tenham perdido o contacto, mesmo porque a posição estratégica das Ilhas de Cabo Verde e a relevância da colonização do Brasil comprovam esta afirmativa), que os navios que vinham do Brasil influenciaram directamente aspectos da cultura do arquipélago cabo-verdiano.

Assim, percebe-se que a ênfase temporal dada neste trabalho, se refere aos primeiros séculos de colonização, onde as paragens na Ilha de Santiago em Cabo Verde contribuem com a colonização no Brasil, por ser posto de paragem, experimentação de produtos e pela função de entreposto de escravos que iriam trabalhar nos engenhos brasileiros.

Chegaram ao conhecimento da Europa, além de muitas outras coisas, sementes, propágulos e, ocasionalmente, plantas, cujo interesse começou, desde cedo, a ser investigado, no sentido de lhes encontrar formas valiosas de utilização, de averiguar a possibilidade de as introduzir na Europa ou de experimentá-las nas terras que iam sendo descobertas. Exemplo disto é a citação do Padre Baltazar Barreira, em carta escrita ao Meirinho Mor em 15 de Maio

de 1605, que dizia que «*como tivemos assento procuraremos haver plantas da Ilha do Cabo Verde para ver se cá se dão bem*». ¹⁴ (Brásio, *apud* Ferrão, 2005, p.15).

A partir do descobrimento do Brasil, estabelece-se entre os dois territórios, trocas abrangendo plantas, animais e, homens. Durante todo o século XVI, o Brasil, através da Bahia, recebeu, vindos de Cabo Verde, a palmeira da Índia, a cana-de-açúcar, introduzida na capitania de Ilhéus, que também foi da ilha da Madeira, a semente do arroz e o inhame. (Pereira, 2007).

As novas plantas assumiriam uma notável importância nos locais onde foram introduzidas, de tal forma que modificaram a economia das regiões, provocaram alterações nas técnicas agrícolas e nos hábitos alimentares em extensas regiões do mundo. Se for analisada, por exemplo, a importância que hoje assumem para o contexto económico agrícola mundial as culturas do milho, batateira, tomateiro, feijoeiro, tabaco, pimenteiros e outras, esta questão é atestada.

Também são provenientes de Cabo Verde alguns animais de grande interesse para o Brasil. Por exemplo, as primeiras vacas que entraram na Bahia, os cavalos, as ovelhas e as cabras. Ter presente que os métodos e meios utilizados para desbravar o Brasil, foram, antes, utilizados em Cabo Verde num processo de antecipação experimental de pelo menos 40 anos. São os casos das capitanias/donatarias, o trabalho escravo nas grandes plantações de cana-de-açúcar e algodão, o desenvolvimento da mestiçagem humana, branco/negro, que em Cabo Verde ganhou uma feição e intensidade muito especiais. (...) Para o Nordeste brasileiro foram de igual modo, e ao longo dos séculos muitos escravos ladinizados em Cabo Verde, já que o comércio escravocrata da costa ocidental de África era controlado a partir da ilha de Santiago, onde na sua capital, a Cidade da Ribeira Grande (hoje Cidade Velha), era obrigatório o despacho dos escravos, para pagamento dos competentes impostos devidos à Coroa portuguesa. Nessa mesma ilha, eles deviam sofrer um longo processo de transformação, sendo simultaneamente catequizados e baptizados, antes da nova largada em direcção ao Brasil e principalmente às ilhas caribenhas e antilhanas. (Pereira, 2007)

Sobre as plantas idas de Portugal para as terras recém descobertas, as expedições levavam consigo sementes ou propágulos de plantas que estavam habituadas a consumir e desejariam fazer desenvolver nos novos locais, mesmo que para aprovisionamento em outras viagens, e que semeassem algumas sementes daquelas que levavam para se alimentarem e se conservavam secas em boas condições de germinação.

¹⁴ Carta do Padre Baltazar Barreira ao Conde Meirinho- Mor. (13.5.1605). In Brásio, A.- M.M.A., 1958. 4:67-69.

Foram encontradas, na Ilha de Santiago, as frutas plantadas em Portugal, como figos, uvas, melões, açúcares; já há referência, em Cabo Verde, da existência de muitos jardins de laranjeiras, cidras, limoeiros, romeiras e figos de boa qualidade e, de introdução recente, as palmeiras que dão cocos vindas do Oriente. (Ferrão, 2005).

Nos fins do século XVI encontrou em Cabo Verde pêras, figos, melões, uvas e ainda bananeiras. (Gaspar Frutuoso, 1925 apud Ferrão 2005).

Ainda confirmando a inserção de plantas pelos colonizadores em Cabo Verde refere a existência neste país, nos meados ou fins do século XV, legumes – feijão e hortaliças diversas, frutas diversas como cocos, bananas, abóboras, laranjas, cidras, etc. (Oliveira Marques, 1961 apud Ferrão 2005).

Sobre a laranja, Manoel da Nóbrega¹⁵ numa de suas cartas escrita em 1549, refere-se à fundação da cidade de S. Salvador e à existência no Brasil de uvas e «cidras, laranjas e limões», que se dão bem em muita quantidade. (Ferrão, 2005, p.205).

A respeito das plantas idas de Cabo Verde para o Brasil, o Padre Barreira, em 1604¹⁶, cita a Ilha de Santiago com presença da cana sacarina, tâmaras, parreiras, marmeleiros, figueiras, limoeiros e várias árvores de espinho, melões, uvas, figos e marmelos. Dois anos mais tarde, refere estas mesmas plantas ou frutos, mas acrescentando agora as maçãs, pêras e mamões. Sobre os dois últimos, refere que já haviam chegado do Brasil, além outros frutos trazidos de diversas partes.¹⁷(Ferrão, 2005).

Cabe comentar que a cana-de-açúcar, levada para à Capitania de Ilhéus, trazida da Madeira e de Cabo Verde, teve melhor aceitação do solo comparando com a plantada terras de origem. Ainda referindo-se a plantas que foram de Cabo Verde para o Brasil, podem ser citados os inhames que também tiveram boa adaptação ao solo brasileiro. (Ferrão, 2005).

No que se tange às plantas idas do Brasil para Cabo Verde, destacam-se a mandioca e o milho. Este último, supostamente teria sido introduzido do Brasil para a Costa Ocidental africana, de acordo com vários autores. Embora existam inúmeras versões sobre o seu cultivo e origem, é inegável sua importância nesta última.

¹⁵ Informações das cartas Jesuíticas e Cartas do Brasil (1549-1560) Rio de Janeiro, 1886.

¹⁶ Informações da Carta do Padre Baltazar Barreira ao Provincial de Portugal (22/07/1604). In: Brásio, A.- M.M.A, 1958. 4: 41-49.

¹⁷ Informações da Carta do Padre Baltazar Barreira ao Padre João Álvares (1/08/1606). In: Brásio, A.- M.M.A, 1958. 4: 159-174.

Do Brasil vieram o milho maíz, ou milho grosso, e os feijões que lhe estão associados, que se instalaram no arquipélago cabo-verdiano e se tornaram o fundamento da sua agricultura e de mais intenso povoamento, sendo, até hoje, a base de alimentação do povo cabo-verdiano. Do Brasil passou também a Cabo Verde, embora com menor expansão do que o milho, a cultura da mandioca, que, entretanto, foi transportada para o Continente africano. (Pereira, 2007)

A Purgueira, também originária das zonas áridas do Nordeste brasileiro, e que parece não ser comida pelos animais, sendo indicada de acordo para introdução em Cabo Verde onde o clima é árido e os animais, particularmente as cabras que tinham sido levadas para abastecimento, em carne fresca, das frotas que passavam por estas ilhas e ali viviam em regime livre, não a consumiam na sua alimentação. No entanto, não há registos da data de ida desta planta para Cabo Verde e existindo diferentes estudos, alguns defendem que a introdução foi feita pelos portugueses, vinda directamente das Antilhas ou de passagem pelo Brasil, facto relevante, outros que foi levada das Antilhas pelos espanhóis, quando visitavam o arquipélago para negociação de escravos. (Ferrão, 2005).

Outra difusão importante no que tange à dispersão de plantas no Atlântico vem do Piloto de Vila do Conde¹⁸, que em 1545, dá a informação de presença do coqueiro nas proximidades de Ribeira Grande, na Ilha de Santiago em Cabo Verde, onde haviam já sido plantadas palmeiras que produzem cocos, sendo este o primeiro registo escrito que se conhece quanto à existência do coqueiro na zona ocidental africana. Ainda sobre o coco, Gaspar Frutoso¹⁹ que deve ter escrito entre 1582 e 1591, também diz que, na Ilha de Santiago há palmeiras que dão cocos. (Ferrão, 2005).

Entende que o lugar mais provável pelo qual se fez a introdução do coqueiro na África Ocidental teria sido as ilhas de Cabo Verde. Ali teria chegado, vindo de Moçambique, e, deste, irradiado para a América Central e do Sul. Nota-se aí uma possível origem do coco tão difundido no Brasil. (Harries, 1977, *apud* Ferrão 2005).

Mesmo num contexto mais recente, torna-se interessante citar aqui a propagação do café (*Coffea* sp) de origem das zonas tropicais chuvosas da Costa Ocidental africana e que seguiu uma difusão curiosa que o levou à África Oriental, ao Oriente, à Europa, à América e novamente a África, por volta dos séculos XVII e XVIII. (Barbosa, 1961).

¹⁸Informações de Sawageot, S. (1961) - Navigation de Lisbonne à île de São Tomé par un pilot potugais anonyme (vers 1545). Garcia de Orta 9 (1): 123-138.

¹⁹ Frutoso, G.Saudades da Terra. Porto, 1925.

A sua cultura desenvolveu-se no Brasil na primeira metade do século XVIII e foi levado pelos portugueses para São Tomé e para o Arquipélago de Cabo Verde na segunda metade deste século, nas Ilhas de São Nicolau, Santo Antão e Santiago. E mais tarde na Ilha do Fogo, onde assumiu maior importância. Para Feijó (1815 *apud* Ferrão 2005), em 1797 em S. Nicolau já se iniciava o cultivo do café com êxito, Mas, no mesmo ano, o Governador exprime a intenção de distribuir sementes por agricultores de outras ilhas e assim fortalecer esta cultura.

Notou-se, com este último subcapítulo, uma relevante amostra das relações interatlânticas na visão da autora, porque teve grande impacto nas culturas envolvidas. Cabe salientar que, para não sair da temática em específico, fez-se a selecção no que concerne às plantas que envolvem trocas entre Portugal, Cabo Verde e Brasil e não se estendeu a todos os países envolvidos no contexto colonial português. Desta forma, a informação desenvolvida torna-se suficiente para uma pesquisa deste cunho e que não tem carácter esgotativo, mas de trabalhar as evidências importantes da ligação entre Cabo Verde e Brasil e a concreticidade e relevância do intercâmbio Atlântico.

Assim, justifica-se a não inserção de mais considerações sobre a cana sacarina neste capítulo, mas sim no que se segue, onde a mesma ganha o destaque equivalente à sua importância no contexto colonial português e como um elemento suporte destas muitas destas trocas.

3. A CANA-DE-AÇÚCAR NAS RELAÇÕES ENTRE CABO VERDE E BRASIL

Em “A Cana-de-açúcar nas Relações entre Cabo Verde e Brasil” poderá ser notada a relevância da cana nos primeiros séculos de colonização portuguesa para que haja melhor compreensão da persistência da mesma em Cabo Verde e no Brasil, no capítulo a seguir.

Assim, além do carácter de exemplificação de uma das plantas importantes neste contexto, esta parte da pesquisa suscita a consolidação e relevância económica das trocas interatlânticas para entender o seu legado.

3.1. Dispersão da cana-de-açúcar pelos portugueses

Os primeiros registos do contacto humano com a cana-de-açúcar (datados antes da era cristã) remetem à Nova Guiné. Posteriormente, a planta seguiu para Índia e China. Foi introduzida na Europa pelos árabes, que iniciaram seu cultivo na Andaluzia. No século XIV, já havia cultivo na região Mediterrânea, porém, em quantidades que não sustentavam seu consumo, levando os europeus a importarem o açúcar do oriente. Cabe citar que a guerra entre Veneza (detentora do monopólio do comércio do açúcar na época) e os turcos levou à busca de novos locais para abastecimento.

A cana era utilizada inicialmente em seu aspecto natural e, com o tempo, extraiu-se o suco que era utilizado fresco ou fermentado; o produto derivado, denominado açúcar, surgiu muito mais tarde. Os árabes trouxeram a cana sacarina do Oriente e introduziram-na no norte africano e na Europa mediterrânica, havendo referências de que em 912, a costa sul da Península Ibérica estava coberta de canaviais e de que já se produzia açúcar sólido, inclusive para exportação. (Ferrão, 2005).

No que concerne à utilidade do açúcar, este tinha função na medicina e como condimento, bem como acontecia com a pimenta. *Quase não havia coisa de comer que deixe de levar açúcar e nem o sal é tempero mais usado.* (Vidal, 1957 apud Ferrão 2005, p.29).

O açúcar era tão importante que os gregos e os romanos chamavam-lhe de “sal indica”, possivelmente pela origem oriental da cana e pela forma como o açúcar era utilizado nas comidas, como iguaria rara e remédio. Foram as cruzadas europeias (principalmente

venezianos e genoveses) que trouxeram do Oriente a técnica de fazer açúcar e alguns dedicaram-se ao desenvolvimento desta actividade, considerada promissora e que se difundiu pela bacia mediterrânica, até mesmo porque o clima da sua orla era favorável ao cultivo da cana. (Ferrão, 2005).

No processo de ida da cana para o Ocidente, as ilhas mediterrânicas de Chipre e Sicília foram destacados entrepostos de alargamento da cultura ao mundo ocidental e que, segundo a tradição, as primeiras mudas de cana teriam chegado à Madeira a partir da Sicília. Depois, foi a expansão no Atlântico com as ilhas que serviram de novo como anteparo. Assim, não fica por aqui o protagonismo das ilhas, pois aos insulares, para além da dimensão divulgadora da cultura, foi-lhes ainda atribuída a tarefa de inventar novas formas e técnicas de transformação do produto adequadas à dimensão da área cultivada. Na Madeira, segundo o mesmo autor, um dos aspectos mais evidentes da revolução tecnológica iniciada no século XV, refere-se à capacidade do europeu em adaptar as técnicas de transformação conhecidas às circunstâncias e às exigências de culturas e produtos tão exigentes como a cana e o açúcar. (Vieira, 2007).

Nota-se aí a importância da Ilha da Madeira, que assumiu o protagonismo no fabrico do açúcar da cana sacarina na época e que foi a precursora de sua inserção em Cabo Verde.

Não se deve deixar de citar aqui que, também nos Açores, onde a colonização se iniciou em 1439, se desenvolveu a cultura da cana, tendo começado pela Ilha de Santa Maria antes de 1460. Assim, pode-se afirmar que, nesta Ilha, a cana também foi experimentada, mas seu cultivo e produção do açúcar entraram em decadência com o tempo, porque o produto não competia com a qualidade do madeirense.

A Ilha de São Tomé foi um dos principais concorrentes da Ilha da Madeira no que respeita à cana açucareira, cuja exploração, iniciou no fim do século XV. (Deer, 1949 *apud* Andrade *et al* 1975).

É importante reforçar que a cana foi trazida e experimentada em Cabo Verde antes de seguir para o Brasil. O seu cultivo pelos portugueses começou em Cabo Verde e na Madeira e a experiência transposta para a América Latina, embora já fosse conhecida e cultivada no Médio Oriente e em algumas ilhas do Mediterrâneo, cultura que teve várias implicações para os africanos (Pina, 2009). Neste sentido, este autor provavelmente refere-se à escravidão no contexto açucareiro a ser tratada mais adiante.

A primeira espécie introduzida no Brasil foi *Saccharum officinarum* L., trazida da ilha da Madeira, em 1502. Esta espécie, reconhecida como nobre ou cana tropical, possui alto teor

de açúcar, porte elevado, colmo grosso e pouco teor de fibras, por isto foi, possivelmente, a cultivada nos três primeiros séculos da colonização. (Lima, 1984).

Nota-se outra referência que considera que *a cana sacarina vinda da Madeira foi introduzida em Cabo Verde deste foi trazida para o Brasil. Com a cana também vieram os escravos ladinos, formados nas ilhas.* (Pereira, 2007).

A cana foi sendo experimentada nas ilhas do Atlântico, passando depois ao Brasil como pelas Canárias terá chegado às Caraíbas. Houve lentidão da implementação da cultura na Terra de Santa Cruz a partir do litoral de São Vicente e a grande produção estabeleceu-se em Pernambuco. (Cortesão, 1990).

Segue citação sobre a origem da cana na Paraíba, Nordeste Brasileiro:

A cana-de-açúcar, que foi a principal riqueza da Paraíba com os seus engenhos, veio do Cabo Verde. Foi plantada inicialmente na Capitania de Ilhéus. A cana não se aclimatou na Europa. Na Idade Média o açúcar era um produto raro de preço exorbitante. Figurava em testamento no meio das jóias. Isto provou bem a importância do açúcar, de que resultou o desenvolvimento e progresso das colónias brasileiras. Na primeira década da fundação da Paraíba, já se encontravam dez engenhos montados. (Lira s.d).

Cabe ressaltar que foram feitas referências a alguns autores neste subcapítulo, e como se pôde observar, foram destacadas as que afirmam que a cana foi da Madeira para o Brasil, e outras de que foi de Cabo Verde para o Brasil.

Embora a localização geográfica de Cabo Verde possibilite uma posição mais estratégica no que tange à dispersão da planta neste sentido, pode-se considerar que isto não significa que não se tenham posteriormente feito introduções de cana vindas de outras origens, como processo normal de beneficiar de melhores variedades.

Além disso, este facto torna-se menos relevante, quando se analisa a grande quantidade de autores que abordam esta questão e que não foram, obviamente, citados na sua totalidade e da importância desempenhada por ambas as ilhas no que tange à sua função de entreposto e de experimentação colonial. Função que, com precisão, é compartilhada em todas as fontes específicas consultadas pela autora.

Deste modo, se considerarmos os autores que se referem a Cabo Verde como precursor da cana no Brasil, poderíamos afirmar que a cana-de-açúcar foi cultivada na Ilha

dos Açores e Madeira pelos portugueses e seguiu para as Ilhas Canárias pelos espanhóis. Da ilha da Madeira a cana sacarina foi levada a Cabo Verde e deste para o Brasil.

A cana-de-açúcar, pelo alto valor económico no mercado europeu-mediterrânico, foi um dos primeiros e principais produtos que a Europa legou e definiu para as novas áreas de ocupação no Atlântico. O percurso começou na Madeira, alargando-se depois às restantes ilhas (como Cabo Verde) e para o continente americano (a destacar o Brasil). (Vieira, 1987).

O que se confirma é o intermédio português na inserção da cana-de-açúcar no Brasil (seja através de Cabo Verde ou Madeira). Pode-se dizer que *que não devem ter sido os portugueses, os primeiros a introduzir a cana-de-açúcar nas terras americanas, embora o tenham sido no Brasil.* (Ferrão, 2005, p.38).

Nesta primeira experiência além Europa, a cana sacarina evidenciou as possibilidades de desenvolvimento fora do habitat mediterrânico. Tal evidência catalisou os interesses do capital nacional e estrangeiro, que apostou no crescimento da cultura e comércio. Se nos primeiros anos de vida no solo insular a cana sacarina se apresentava como subsidiária, a partir de meados do século XV (destaca-se Açores e Madeira) já aparecia como o produto dominante, situação que perdurou na primeira metade do século seguinte.

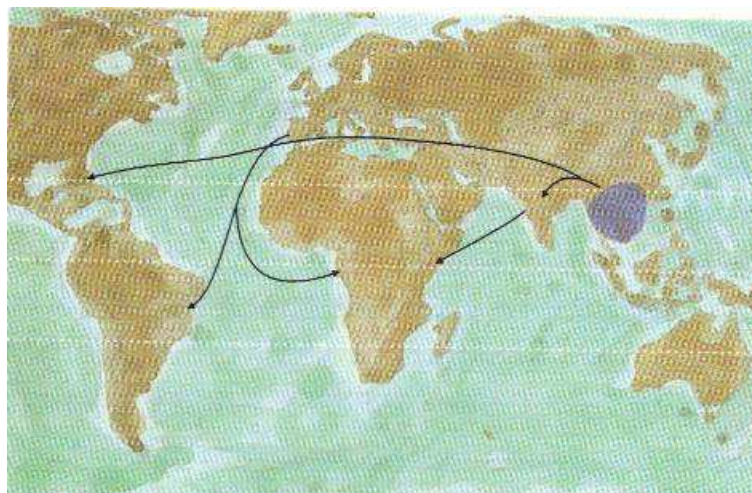


Figura 3. Mapa da difusão da cana sacarina

Fonte: FERRÃO, José Eduardo Mendes. **A Aventura das Plantas e os Descobrimentos Portugueses.** 3ª ed. Lisboa: Instituto da Investigação Científica Tropical; Chaves Ferreira Publicações, S.A; Fundação Berardo, 2005.p.38.

Faz-se oportuno terminar este subcapítulo com duas referências que tratam da importância da cana e do açúcar nos intercâmbios atlânticos, a primeira fala do impacto económico, em que se afirma que, *devastadora do antigo equilíbrio, a cana é tanto mais perigosa quanto é apoiada por um capitalismo poderoso, que, no século XVI, provem tanto de Itália, como de Lisboa ou de Antuérpia, e ao qual ninguém consegue resistir.* (Fernand Braudel, 1983 *apud* Vieira 2007, p.2).

Em reacção à primeira, acrescenta-se que *a génese do mundo atlântico está pois, em grande parte, ligada àquilo a que Fernand Braudel chama muito apropriadamente dinâmica do açúcar.* (Vitorino Magalhães Godinho, 1990 *apud* Vieira 2007, p.2).

3.2. A experimentação da cana sacarina em Cabo Verde

Objectiva-se de fazer algumas considerações históricas pertinentes no entendimento da cana-de-açúcar em Cabo Verde nos primeiros séculos de sua colonização pelos portugueses.

É importante citar que mesmo não tendo o destaque económico configurado no Brasil (ver subcapítulo a seguir), a cana foi considerada como a mais importante cultura irrigada do arquipélago, pois além de ocupar a maior parte dos regadios, absorvia melhores terrenos de sequeiro, os mais húmidos, situados nas zonas de altitude e vales profundos de regadio. (Carreira *apud* Sanches 2005, p.25).

3.2.1. Cultivo e produção

Desde o início do povoamento cabo-verdiano, chegaram as primeiras mudas da cana sacarina. Desta forma, o seu surgimento em Cabo Verde, segundo vários autores, dentre eles (Teixeira e Barbosa, 1958), deu-se desde os primórdios de sua ocupação.

O cultivo da cana não se desenvolveu muito, provavelmente pelas condições geoclimáticas do arquipélago, mas mesmo tratando-se de uma importante cultura, em princípios do século XVI, a produção era pequena.

Essas ilhas na sua maioria áridas, com difíceis condições para a agricultura, não foram de imediato aproveitadas. Apesar disso, logo em 1490, assinala-se a existência de cana-de-açúcar na Ilha de Santiago. (Carreira, 1982).

Cabe citar alguns autores que discursam sobre a cana na época, como André Faro, que em 1662, referindo-se à Ilha de Santiago, informava que *dá esta ilha açúcar em boa quantidade, mas não se fazem engenhos grandes como no Brasil*. Cerca de 150 anos mais tarde, em 1721, Barros descrevia que *os comerciantes de Lisboa enviavam cada ano um ou outro navio carregar açúcar*. Já em 1797, João da Silva Feijó, *verificou que se cultivava a cana para fabrico de aguardente e algum açúcar*. O Padre Baltazar Barreira, em carta escrita ao Padre João Alvares, a 01/08/1606, informava que *há também canaviais de açúcar, mas o fazê-lo onde não há engenhos de água, custa muito trabalho, porque toda a cana se pisa em pilões*. (Ferrão, 2005).

No início do cultivo da cana foi produzido principalmente o “açúcar preto” ou “açúcar de forma”. A produção do açúcar declinou após alguns séculos, pois o país não tinha condições para suportar a concorrência, seja pelas condições geográficas, seja pelas económicas. Cabe salientar que este foi factor determinante para que o agricultor voltasse a sua produção para a aguardente. Apesar disso, a cana desempenhou papel de grande importância no arquipélago.

O cultivo da cana prolongou-se por bastante tempo, precisamente porque nunca foi possível fazê-lo em extensão para o fabrico de massa. Isto justifica-se, em parte pelas condições geoclimáticas e, também, pelas reduzidas dimensão das áreas de cultivo. (Carreira, 1982).

A este propósito e para se ter uma ideia da dimensão de cultivo, ressalta-se que o país tem, em terras cultiváveis, 418.416 litros, sendo 388.548 no sequeiro e 29.868 no regadio. Mais da metade da superfície cultivável está em Santiago, seguida de Santo Antão e Fogo,

tendo as últimas ilhas o somatório de 12%. O sequeiro abrange 93% das terras cultiváveis em Cabo Verde e a maior parte das terras cultiváveis em regadio encontram-se em Santo Antão. Santiago tem 31%, Fogo 4%, São Vicente conta com 11%, mas sabe-se que nem toda esta terra é cultivada por falta de água.²⁰ A cana sacarina em Cabo Verde é cultivada em regadio.

A agricultura de sequeiro é praticada durante o período das chuvas que começa geralmente no mês de Julho e termina em Outubro. Nesta época, as culturas são totalmente dependentes das chuvas e estão constituídas pelo milho, tubérculos, etc.

A agricultura de regadio pratica-se nas parcelas que dispõem de outras fontes de água, além das chuvas (água corrente da ribeira, poço, furo, nascente ou galeria). Estas parcelas estão geralmente localizadas em ribeiras (fundos e encostas). As culturas incluem a cana, banana, tubérculos, etc. Existe a cultura de regadio temporário e permanente, baseada na duração do tempo de aproveitamento da fonte de água.

Neste sentido, como as temperaturas pareciam propícias, também em Cabo Verde se tentou aclimatar a cana doce. Mas aí não se pôde multiplicar explorações extensivas. Só se plantava junto das ribeiras, pois a água era escassa. (Carvalho, 1991 *apud* Magalhães 2009).

Não deve ser deixado de citar que a agricultura nesta época, salvo a do algodão na ilha do Fogo – cultura de sequeiro –, para pouco chegava, tendo as subsistências muitas vezes de ser importadas. Para os que nas ilhas moravam e para fornecimento aos que iam aos rios de Guiné foi biscoito de Lisboa, ou de Castela. Além da farinha, trigo, passas, figos e outros comestíveis. E até mesmo algum açúcar das Canárias, em 1515. (Albuquerque *apud* Magalhães, 2009).

Sobre a técnica de cultivo da cana em Cabo Verde em seus primórdios, esta é semelhante à que se utilizou na Madeira e Açores, no início da colonização no Brasil, onde foi desenvolvida, além de Cuba a partir do século XVIII. No entanto, é oportuno inserir algumas especificidades de Cabo Verde para o cultivo da cana.

Trata-se da construção de muretes ou diques, com o objectivo de aumentar a infiltração da água, sobretudo, quando chove e também aumentar a exploração agrícola irrigável. Isso pelas características dos terrenos de cultivo (encostas inclinadas, pedregosas e vales profundos) e clima seco.

Também, como a cana se cultivava sobretudo nas zonas mais húmidas ou irrigadas, desenvolveu-se, no século XVI, nos vales e ribeiras de Cabo Verde. Cito aqui o Vale de

²⁰ Recenseamento agrícola de 1988 *apud* Sanches (2005).

Ribeira Grande de Santiago ou de Cidade Velha, de onde ela certamente partiu para o Brasil. (Sanches, 2005).

No que concerne à produção do açúcar é oportuno mencionar alguns elementos mais específicos, por exemplo, sobre os equipamentos de produção utilizados:

O trapiche ou moenda da cana-de-açúcar, tem origem no Brasil, onde todas as operações de esmagamento e industrialização da cana eram realizadas em grandes espaços ou armazéns denominados trapiches. Estes, com os seus aparelhos de industrialização, instalavam-se nas praças ou currais de trapiches, ficando em anexo barracas para a fermentação de calda e para o armazenamento da aguardente, do mel e do açúcar extraídos da cana ou garapa. Este engenho que surgiu em Cabo Verde no início do século XVI e era muito rudimentar. (Agostinho Rocha apud Sanches 2005, p.68).

Não poderia deixar de comentar sobre os Alambiques que são dispositivos utilizados no fabrico da aguardente, e remetendo ao contexto histórico tratado aqui, os mais antigos utilizados em Cabo Verde têm como fonte de aquecimento o fogo directo que, geralmente, é dado pela queima do próprio bagaço.

A aguardente em Cabo Verde é também denominada de “grogue” e o seu fabrico é artesanal e rudimentar. Depois de obtida a calda, esta é acolhida nos recipientes habituais para a fermentação (por exemplo, os barris) e permanecendo de oito a dez dias, sempre “vigado” pelo produtor de aguardente denominado “fazedor de grogue”. (Sanches, 2005).

Não era o açúcar uma produção que tivesse, nas ilhas de Cabo Verde, uma expressão que se destacasse, mas tentativas foram empreendidas. Em 1540, em Santiago, dentro da fazenda da Trindade registaram-se dois trapiches de produção de açúcares, com cobre e mais ferramentas necessárias nos engenhos. Em Santa Cruz, uma outra fazenda do mesmo senhorio, escreve-se que havia um engenho trapiche de açúcar. (Magalhães, 2009).

Poucos engenhos se poderiam estabelecer nessa ilha, que poucas eram as águas correntes que podiam ser aproveitadas para isso. As pequenas produções pisariam as canas em pilões, trabalho penoso, manual. Pequenas áreas de cultivo de cana que teriam persistido, resistido às longas estiagens que afectam duramente as ilhas. Mas obtinham-se algumas quantidades açúcar, embora o ignore o piloto anónimo que cerca de 1540-1541 aí se detém contando dos produtos da terra. (Caldeira, 2000 apud Magalhães, 2009, p.168).

3.2.2. Comercialização e declínio

Desde cedo se constatou que a cana doce apenas dava para algum abastecimento local em açúcar e em aguardente, não sendo suficiente para exportação. Serviria para provimento local, e para o trato nos rios de Guiné onde a aguardente era apreciada e se tornou valiosa para a troca de mercadorias. (Carreira, 1982).

No que tange ao carácter económico em Cabo Verde, pode-se considerar o período compreendido entre os séculos XVI e XVII e os seguintes com importantes referências sobre a produção e comercialização dos subprodutos da cana-de-açúcar, destacando a aguardente da cana, mel e açúcar.

O açúcar não estava isento do pagamento do terço ao rei, no entanto, avaliando-se pelos preços da ilha da Madeira. Mas este facto não é o bastante. E os resultados desta muito pequena produção ficam evidentes logo no princípio do século XVI: para 70 mil arrobas na Madeira (1508) e 20 mil nos Açores (1509), não mais de 4 nas ilhas de Cabo Verde (1508 e 1509). (Albuquerque *apud* Magalhães, 2009).

“Tem de ser considerado exagero de quem ouviu contar sem ter observado. Porque isto se escreve num tempo em que o açúcar da Madeira já estava em perda e a ser substituído pela vinha e em que o açúcar do Brasil já estava presente no mercado europeu”. (Magalhães, 2009, p.168).

Mas é oportuno citar que, já nos séculos XVIII e XIX, se percebe a importância do comércio do açúcar em Cabo Verde, pelo que se pode afirmar que o açúcar teve destaque e sua produção ganhou alguma dinâmica, a ponto de ser avultada a sua cifra de exportação, especialmente nas Ilhas de Santiago e Santo Antão, sendo que as quantidades exportadas somente nas duas ilhas, em 1872, atingiram 361.128 quilos. (Sampaio *apud* Sanches, 2005).

No entanto, estas exportações não duraram muito tempo, porque esse açúcar, que era de fabrico artesanal e rudimentar, não estava em condições técnicas para competir com o açúcar do Brasil, com melhor apresentação, e requisitos técnicos e logísticos. Além disso, as medidas proteccionistas adoptadas por Portugal em relação ao açúcar da Madeira, tornando a situação ainda mais difícil. Desta forma, o açúcar, teoricamente, deixou de ser exportado a partir do final de 1919. (Sanches, 2005).

3.3. A cana-de-açúcar no Brasil

Este subcapítulo pretende demonstrar a relevância económica da cana no que tange ao seu principal derivado na época: o açúcar no Brasil, que, segundo vários autores, sustentou a expansão marítima portuguesa, seja pelo comércio açucareiro, seja pelo tráfico negreiro.

Com a grande distância entre Portugal e Brasil, a investida naquela colónia seria viável através de um produto que tivesse altos preços no mercado europeu e que já fosse conhecido pelos portugueses, por isso a cana-de-açúcar, que era uma especiaria valiosa mereceu destaque e fomentou com êxito os primeiros séculos da colonização europeia no Brasil.

Desta forma, a preferência pelo açúcar justificava-se desde que se buscava uma ocupação efectiva do Brasil. Portugal já possuía experiência de produção, além de contactos comerciais que permitiam a inserção do produto no mercado europeu. Ressalta-se o relacionamento com o mundo financeiro da época, a contar com genoveses e flamengos, o que lhe abria linhas de crédito para investimentos básicos. Como se notou no enquadramento geográfico, o Brasil tinha terras em abundância (estas propícias para o cultivo da cana) e o açúcar poderia ser produzido em larga escala.

A economia da cana-de-açúcar no Brasil nasceu da necessidade inadiável da ocupação efectiva da terra descoberta, dela retirando algo que justificasse economicamente a onerosa empresa de colonização; o açúcar alcançava altos preços no mercado europeu; e já sendo cultivada na Ilha da Madeira (e em Cabo Verde). (Taveira, 1979).

Os portugueses, nos primeiros anos dos descobrimentos, trocavam produtos da terra por objectos de valor irrelevante que traziam de Portugal e que eram novidade para os indígenas. Para evitar longa demora nos ancoradouros, resolveram fundar feitorias em pontos estratégicos, deixando nestes alguns intermediários que iam adquirindo e armazenando os produtos da terra, que seriam depois embarcados para o reino. Neste sentido, construíram em 1511, no canal de Itamaracá e em terra firme, uma importante feitoria, havendo um projecto do rei de Portugal para enviar um mestre de açúcar e material necessário para fundar um engenho que permitisse avaliar as potencialidades da actividade açucareira. (Andrade, 1940 *apud* Ferrão 2005).

No caso do Brasil, a cana foi um fenómeno somente a partir do século XVII. Em 1600, o açúcar representava então a maior riqueza do Brasil. Cultivava-se principalmente nas três capitâncias de Pernambuco, onde a cidade mais importante era Olinda, Itamaracá, além do estado da Paraíba, bem como em Recôncavo, o mercado ligado à Bahia, enquanto no sul

havia especialmente pontos de apoio isolados como Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Vicente. A base de subsistência era constituída por criação de gado, cultura de mandioca e de outros frutos. As principais ligações faziam-se com a Metrópole, a que se seguiam as ligações com África, para onde, para obtenção de escravos e produtos. (Andrade *et al.*, 1975).

3.3.1. Cultivo e produção

Destaca-se que neste item da pesquisa procurar-se-á analisar apenas os aspectos económicos do cultivo e da produção do açúcar. O que a autora traz são traços importantes de cultivo e produção no Brasil e que se demonstram oportunas no entendimento do que se pretende averiguar nesta parte do trabalho: o impacto e a importância da cana na colonização portuguesa e o desenvolvimento económico que esta proporcionou ao Brasil.

A economia do açúcar se estruturou na chamada “*plantation*” com base em três elementos básicos: latifúndio, monocultura e trabalho escravo. Com a plantação da cana, nasceram, no Brasil, a grande propriedade rural e a sociedade patriarcal e escravocrata.

Deve-se considerar que o plantio e a exploração económica da cana-de-açúcar constituíram um empreendimento comercial que exigia, além de grandes investimentos, largas extensões de terra e mão-de-obra em abundância e barata. Denominou-se em sesmarias as grandes extensões de terra que foram distribuídas para a monocultura do açúcar. (Taveira, 1979).

A cana-de-açúcar começou a ser cultivada igualmente em São Vicente e em Pernambuco, estendendo-se depois à Bahia e ao Maranhão a sua cultura, que teve êxito medíocre em São Vicente e máximo em Pernambuco, no Recôncavo e no Maranhão – trouxe, em consequência, uma sociedade e um estilo de vida que tendiam para o aristocrático e escravocrata. Por conseguinte, de interesses económicos semelhantes. A disparidade económica esboçar-se-ia mais tarde, entre os homens de maior capital, que podiam suportar os custos da agricultura da cana e da indústria do açúcar. (Freyre, 1977).

Assim, o principal local da produção seria o Nordeste, com solo de aluvião fértil, o massapê, desenvolveria o fabrico do açúcar, o que transformava a Colónia em elemento fundamental do Império Português. Além do solo, o Nordeste tinha condições favoráveis no que concerne ao seu posicionamento geoestratégico com maior proximidade da Europa.

A primeira intenção registada de Portugal implantar no Brasil a produção açucareira está num Alvará de 1516, no qual D. Manuel ordenava que fossem dadas ferramentas às

peças que fossem povoar o Brasil e que se procurasse um homem prático e capaz de ali dar princípio a um engenho de açúcar e a ele se entregasse tudo o que fosse necessário para que isso acontecesse. (Ferlini, 1998).

No que concerne às estruturas para o desenvolvimento deste produto, destaca-se a Casa da Índia, que teve uma importância primordial no fomento da cultura da cana e no fabrico do açúcar no Brasil, porque estava interessada nos negócios da região. Em 1516, procurava encontrar e enviar para o Brasil um pessoa especializada no fabrico do açúcar, mas em 1518 já lá existiam vários engenhos de açúcar onde trabalhavam negros, revelando um relevante desenvolvimento e entre 1520 e 1526 já figuram, na Alfândega de Lisboa, registos de direitos sobre o açúcar vindo de Pernambuco. (Ferrão, 2005).

Ainda segundo este autor, a igualdade de interesses agrários e escravocratas que através dos séculos XVI e XVII predominou na colónia, que dedicava maior ou menor intensidade à cultura do açúcar e se o ponto de apoio económico da aristocracia colonial se desencadeia da cana-de-açúcar para o ouro e mais tarde para o café, manteve-se o instrumento de exploração: o braço escravo. Neste aspecto, é oportuno ressaltar a função de Cabo Verde como entreposto de escravos que foram trabalhar nos engenhos de açúcar do Brasil.

3.3.2. Brasil como receptor de escravos de Cabo Verde

Cabe ressaltar que os escravos africanos chegaram ao Brasil em maior quantidade a partir de 1550, e, em pouco tempo, passaram a constituir a maior parte da população brasileira; a eles juntaram-se brancos de baixa condição social, degredados ou não; logo surgem os tipos consequentes desta mestiçagem e forma-se, em conjunto, um imenso contingente de mão-de-obra escrava ou servil.

É oportuno considerar Cabo Verde como um entreposto de escravos que iam trabalhar nos engenhos brasileiros e que, devido ao poder do catolicismo no contexto colonial, se pode afirmar uma outra função do arquipélago: a de ladinização dos escravos.

O comércio escravocrata não aproximou apenas as praias que ficavam frente a frente nas duas margens do atlântico, mas estendeu pelo sertão adentro o seu alinhado, uma vez que muitos dos escravos levados para o Brasil e que foram trabalhar em Minas, Rio de Janeiro, Goiás, Bahia, Pernambuco ou Alagoas partiram de regiões do interior do continente africano, das savanas e das bordas dos desertos, muitos passando por Cabo Verde. O "negro Cabo Verde" era aquele que dominava a técnica do aguardente e tinha rudimentos da panaria, artes e ofícios aprendidos, primeiro, no laboratório humano da Cidade de Ribeira Grande de Santiago e, depois, na Praia de Santa Maria. (Pereira, 2007).

Desta forma, o Brasil com grandes dimensões geográficas e solo adequado à agricultura recebeu escravos, também, advindos de variadas nacionalidades africanas em um mundo já povoado pelos indígenas locais, os quais também foram submetidos ao processo colonial, mas com consequências adversas à do escravo africano.

Nota-se tamanha importância da formação católica aos escravos que vinham para o Brasil. *Através de certas épocas coloniais observou-se a prática de ir um frade a bordo de todo o navio que chegasse a porto brasileiro, a fim de examinar a consciência, a fé.* (Freyre, 1977, p. 29).

A incumbência de Cabo Verde para ser o elo de ligação no comércio do tráfico negreiro deveu-se ao facto de as ilhas terem uma posição estratégica e privilegiada para o avigoramento das relações com a costa africana, por um lado, mas também, por outro, a posição geoestratégica de Ribeira Grande que permitia eternizar os interesses comerciais da monarquia portuguesa nessa transacção. Estava a nascer, portanto, uma área de domínio colonial português *off shore* com poderes político-administrativos sobre toda a costa ocidental do continente africano a partir de Ribeira Grande de Santiago. (Borges, 2005).

Na segunda metade do século XVI e começo século XVII quase todo o comércio da costa ocidental africana para o “Novo Mundo” passava pela ilha de Santiago. A cidade de Ribeira Grande foi nesse trato um porto de passagem quase obrigatório. Era aí que os navios que iam para o Brasil e Antilhas se abasteciam de escravos e outras mercadorias africanas, após alguns deles terem desembarcado as mercadorias europeias necessárias aos moradores das ilhas para a sua sustentação ou para o resgate nos rios da Guiné. Com esses navios chegavam também à capital do arquipélago os “estantes estrangeiros” e a “gente forasteira” que constituíam então a maioria da sua população. A existência desses dois grandes grupos de habitantes ocasionais fez da Ribeira Grande um centro urbano cosmopolita, onde a circulação e renovação de parte da população eram contínuas. (Cabral, 1995, p.245).

Relativamente à economia, afirmou que, enquanto a de S. Tomé assentou na produção açucareira, no regime de monocultura em grandes unidades de produção e no trabalho escravo, a de Cabo Verde beneficiou do tráfico de escravos tendo, associado a si e como seu subsidiário, todo um suporte produtivo diversificado que ia da produção de algodão e transformação em panos, passando pela criação de cabras e vacas, até à produção agrícola de legumes e frutos. (Pelicano, 2008).

Neste sentido, *a cidade de Ribeira Grande se transformou numa importante praça mercantil, de passagem obrigatória para homens de negócios porque todo o centro de comércio entre a Europa, a costa ocidental Africana e a América se dava ali.* (Borges, 2005, p. 21).

A insularidade foi um factor relevante na assumpção de Santiago pela coroa, durante o período de exploração do comércio com a costa africana, porque proporcionava a “segurança” tão importante e à afirmação no relacionamento com os africanos, onde a coroa dispunha de uma retaguarda estrategicamente instalada em Santiago. (M. Torrão *apud* Albuquerque e Santos, 1991).

3.3.3. Comercialização e declínio

Em mundos complementares e totalmente diferentes, tocavam-se quando os navios chegavam aos portos brasileiros. Se, por um lado, havia o dinamismo do comércio, que via nos lucros e na negociação o único sentido da produção, por outro, a Colónia via sua lógica interna, neste mundo de senhores e escravos, universos tão intimamente ligados, que era impossível a existência de um sem a do outro. (Ferlini, 1998).

A Colónia tem seu marco económico na dinamização das actividades mercantis europeias e apenas no comércio internacional, a sua produção fazia sentido. Para o mercado interno não era necessária tamanha quantidade de açúcar. No mercado europeu, assumia seu carácter de mercadoria, alvo de transacções e consumo.

O açúcar, em meados do século XVI, já se constituía como um dos vértices do sistema triangular comercial entre África, América e Europa. De Lisboa, navios levavam para África produtos manufacturados, seguindo depois para o Brasil com escravos negros e outros produtos e retornava para Europa com o açúcar.

Neste contexto, segundo várias fontes, os produtores de açúcar vendiam seus produtos a preços baixos, comprando produtos europeus a preços altos fomentando dívidas com os negociantes que serviam à Metrópole, que já obtinha lucros com a venda do açúcar. Tinham capital também originado pela venda de escravos e o fornecimento destes aos senhores de engenhos e lavradores de cana.

Portugal ganhava ascendência no comércio europeu, com o açúcar fabricado no Brasil. Com o êxito do açúcar no comércio, o governo português incentivou a expansão das fábricas

em sua colônia tropical americana. Com isso, Portugal estava, com estímulos oficiais, desenvolvendo a economia brasileira.

Neste sentido, não se deve deixar de citar que, além da cultura canavieira, havia a de subsistência (mandioca, feijão, milho e arroz), para atender à crescente necessidade de alimentos para toda estrutura criada em torno desta importante monocultura. Era também produzido tabaco e aguardente, que eram utilizados para o escambo de escravos negros no litoral africano, sendo a Bahia o principal produtor de tabaco no Brasil colonial.

A partir dos engenhos, nos dois primeiros séculos da história brasileira, o vasto complexo socioeconômico colonial movimentou-se, as praças de escravos africanas adquiriram vitalidade, os centros mercantis europeus desenvolveram seus negócios, recebendo açúcar e vendendo manufacturados. (Ferlini, 1998).

E mesmo com o monopólio português, produções e actividades foram subsidiadas e impulsionadas: tabaco, pecuária, lavoura de subsistência, olarias produtoras de telhas, tijolos e formas, o abastecimento de lenha para fornalhas e de madeira para as construções interligavam-se no processo produtivo em que o objectivo era a obtenção do açúcar.

Tem-se como ciclo do açúcar o período que vai do início da colonização até 1760 (Simonsen, 1977). Este período inclui o chamado “século do açúcar”, isto é, 1570-1670, momento de intensa produção e lucratividade do negócio açucareiro. A partir de 1670, o valor exportado sofre quedas acentuadas e, em 1760, no auge do ciclo do ouro, inicia-se uma fase de expressiva decadência da cana. (Fausto, 2006).

Segundo o mesmo autor, em meados do século XVIII, o valor total das exportações já representava apenas 60% do que havia sido no auge do ciclo. Sendo assim, pode-se perceber um movimento de ascensão, auge e declínio do açúcar entre 1536-1760.

A prosperidade da economia açucareira despertou a cobiça dos estrangeiros, nota-se esta questão quando se refere que o Brasil era chamado de “*Zuickerland*” pelos holandeses, ou seja, Terra do Açúcar, em português. (Taveira, 1979).

No Brasil, em 1645, existiam duas centenas de engenhos sob domínio holandês que produziam mais de um milhão de arrobas de açúcar. (Ferrão, 2005).

As lutas entre portugueses e holandeses determinaram uma grande decadência desta actividade. Os holandeses foram para territórios vizinhos levando a experiência adquirida no Brasil.

No final do primeiro século de colonização, o Brasil produzia anualmente 350 mil arrobas de açúcar. A produção brasileira conheceria anos de glória até 1650, quando começaria a manifestar-se a concorrência das Antilhas e da América Central. (Ferlini, 1998).

Assim, depois de Portugal ter conseguido a expulsão dos flamengos, que haviam passado a dominar o processo de fabricação do açúcar, os mesmos foram para as Antilhas e lá desenvolveram a produção do açúcar. Desta forma, o Brasil desempenha a actividade, mas sofre com o impacto da concorrência das Antilhas. Pode-se dizer que os dois assumiram, durante os séculos XVII e XVIII, o papel de abastecedores de açúcar para o mercado europeu.

Destaca-se, ainda, outros factores agravantes no declínio da economia do açúcar no Brasil: a queda dos preços mercado mundial e a exploração do ouro em Minas Gerais, que acabou por desviar capitais e mão-de-obra.

Cabe salientar o legado do açúcar no Brasil, que, para a Colónia, consolidou uma sociedade escravagista, cujo sentido da posse de terra e trabalho escravo, era diferente da ideia de lucro e produtividade da burguesia europeia. Neste contexto, deve ser considerado que nascia a necessidade da substituição do trabalho escravo pelo assalariado na produção do açúcar.

No que concerne às marcas deixadas na economia mundial, a economia açucareira permitiu ao comércio europeu intensificar a acumulação de capitais, desencadeando a Revolução Industrial na Inglaterra no século XVIII e na afirmação do Capitalismo. (Ferlini, 1998).

Ainda segundo esta autora, a Inglaterra facilitou a presença, no Brasil, de produtos ingleses contrabandeados. Mercadores estrangeiros serviam-se de “comissários volantes que iam directamente aos produtores, oferecendo mercadorias europeias a preços mais baixos e pagando melhor pelo açúcar. Estes agentes de contrabando, em geral, eram tripulantes de navios portugueses, elementos da milícia ou membros do corpo administrativo da Colónia.

O açúcar, como alguns historiadores e sociólogos afirmam, fez o Brasil. E, embora com o tempo outras actividades surgissem a explorar e valorizar um meio tão rico de potencialidades, o açúcar continuou a ser cultura importante no quadro brasileiro. (Ferrão, 2005, p.37).

Após o estudo feito até esta fase do trabalho e sempre mantendo o fio condutor da ligação entre Cabo Verde e Brasil, pode-se afirmar que principalmente entre os séculos XV e

XVII o açúcar era o elo entre Brasil, Portugal e as restantes colónias envolvidas neste complexo processo. A rede mercantil abastecia a Colónia de tudo que era necessário e regulava a produção açucareira, de acordo com a demanda europeia.

4. PERSISTÊNCIA TÉCNICA E SOCIOCULTURAL DA CANA-DE-AÇÚCAR

Neste último capítulo da pesquisa, após ter verificado a pertinência do factor de troca das plantas, de produtos, de homens, enfim, de culturas, através das deslocações exploratórias interatlânticas dos portugueses em África, mais especificamente em Cabo Verde, e na América, a destacar o Brasil, deve-se ter em conta a persistência técnica e sociocultural destas relações nos países de estudo. E, em consonância à temática deste trabalho, a autora achou oportuno tratar das questões tecnológicas e terminológicas da cana-de-açúcar.

Por notar a importância da cana-de-açúcar e, porque muitas de suas fases de produção tradicional de derivados e terminologia ainda perduram nos dias actuais, mesmo com as inovações tecnológicas, esta deve ser estudada e salvaguardada. Assim, a cultura que envolve a cana-de-açúcar merece ser reconhecida como património histórico-cultural, tendo presente todo o contexto social, cultural e económico envolvente.



Figura 4. Trapiche (ainda em funcionamento) em Ribeira dos Engenhos, Santiago, Cabo Verde

Fonte: Autora (2009)

Património. Esta bela e muito antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjectivos (genético, natural, histórico...), que fizeram dela um conceito “nómada”, prossegue hoje em dia um percurso diferente e notório. (Choay, 2006, p.11).

A noção de património está relacionada à herança, e propriedade de bens materiais ou imateriais e a sua existência pode ocorrer em diferentes escalas, como entre duas pessoas, dentro de uma mesma família (comunidade) ou no decorrer do tempo numa sociedade. O legado que é transmitido de uma geração para outra adquire determinado valor dentro da comunidade se o mesmo estiver relacionado com as raízes ou a essência destas. Cada grupo atribui diferentes significados e valores aos diversos aspectos vivenciados, ou não, no dia-a-dia. (Menezes, 2009).

Desta forma, pode-se considerá-lo como realidade sociológica, testemunha da história, marco civilizacional, “construção social”- definição de Prats (1997), e suporte da cultura da colectividade.

Apesar de tentar manter um senso de identidade e continuidade, este património é particularmente vulnerável uma vez que está em constante mutação e multiplicação de seus portadores, o património é uma fonte de identidade e carrega a sua própria história. (UNESCO, s.d).

É certo que o património é resultante do modo como são tratados os bens herdados e assim como são valorizados, protegidos e fruídos, ele é um condensador de vivências. No património há o valor da sensibilidade. Este valor vai contra o superficial, o fugaz, o efémero.

O património não é só o legado que é herdado, mas o legado que, através de uma selecção consciente, um grupo significativo da população deseja legar ao futuro. Ou seja, existe uma escolha cultural subjacente à vontade de legar o património cultural a gerações futuras. E existe também uma noção de posse por parte de um determinado grupo relativamente ao legado que é colectivamente herdado (Silva, s.d).

O património é o testemunho de uma realidade, não está fora do nosso contexto social, mas é a origem dele, um marco civilizacional. Ele é um passado longínquo ou recente, uma selecção atenciosa diante de quem o elegeu, algo que foi julgado excepcional, memorável, útil para uma sociedade.

A partir do conhecimento de si e do seu passado, o homem estará, portanto, ciente de quem é, de qual o seu papel na sociedade. O património, tanto material como imaterial, é capaz de transmitir, a quem o recebe, uma série de aspectos pertencentes a geração passada, como costumes, danças, técnicas, entre outros. (Menezes, 2009).

4.1. Terminologia e Tecnologia do açúcar: Património Partilhado

É importante salientar que a forma de abordagem desta fase do estudo é feita no tratamento e destacamento de uma breve amostra terminológica/tecnológica da produção tradicional do açúcar em Cabo Verde e no Brasil, que a autora achou relevante para ilustrar a temática, tendo em vista a grande extensão desta matéria.

No final do capítulo a autora confeccionou quadros terminológicos para destacar a herança terminológica partilhada entre os dois países do estudo, a citar:

- Termos regionais de Cabo Verde e do Brasil relacionados ao plantio e colheita e transformação da cana;
- Termos regionais de Cabo Verde e do Brasil no fabrico do mel de cana;
- Termos regionais de Cabo Verde e do Brasil no fabrico do açúcar de cana;
- Termos regionais de Cabo Verde e do Brasil no fabrico da aguardente de cana.

Estes quadros têm a função de complementar o conteúdo estudado, contribuindo na sua compreensão.

Para contextualizar os aspectos terminológicos e tecnológicos, cabe reforçar a dispersão da cana-de-açúcar. Originária da Papua Nova Guiné difundiu-se no oriente chegando à Índia e à China, onde surgiram as primeiras tentativas para fabricar açúcar sólido.

A planta e as técnicas de fabrico de açúcar foram trazidas do oriente pelos árabes, que desenvolveram a cultura açucareira na Ásia Menor e na Bacia Mediterrânica. Desta forma, os árabes foram os grandes responsáveis pela introdução e desenvolvimento do consumo do açúcar na Europa Ocidental, a partir do século X, na medicina, farmacopeia, doçaria e culinária. A introdução da cultura sacarina na ilha da Madeira, em meados do século XV, logo após o descobrimento da ilha pelos portugueses, assinala a passagem da produção açucareira

do Mediterrâneo para o Atlântico, constituindo o campo experimental onde se ensaiaram as técnicas e a estrutura socioeconómica que será transplantada para as novas regiões atlânticas produtoras de açúcar. Na Madeira, desenvolve-se o sistema colonial de produção açucareira que será transplantado para as outras ilhas atlânticas (incluindo Cabo Verde) e para a América, nomeadamente para o Brasil. (Nunes *in*: Murakawa; Gonçalves, 2007).

Na tecnologia açucareira tradicional, as principais fases de produção do açúcar, com seus termos em Cabo Verde (destacando Santiago e algumas referências a Santo Antão) e Brasil (com destaque para região nordeste e algumas referências a Minas Gerais), inicia-se pela Moenda, Trapiche ou Engenho.

Neste sentido, é relevante destacar que:

Embora, actualmente, já não haja o fabrico do açúcar em Cabo Verde, (a não ser artesanal para venda nos mercados tradicionais, como por exemplo o da Assomada na Ilha de Santiago), devido a pouca produção de cana, ao baixo preço do açúcar de importação e à preferência do agricultor pela produção de aguardente, ainda encontramos proprietários que conheciam o processo de fabrico artesanal e rudimentar do chamado “açúcar preto”, “açúcar mascavado” ou “açúcar de terra.” (Sanches, 2005, p.85).

Moenda, trapiche ou engenho

As instalações de transformação artesanal ou semi-industrial da cana-de-açúcar são denominadas *engenho*, em todos os estados brasileiros, em Cabo Verde encontrámos ainda o termo mais antigo *trapiche*. Este termo, adquiriu no Brasil, um novo significado, armazém e porto de embarque de mercadorias (primitivamente associado à exportação de açúcar. (Nunes, 2008, p.183-184).

Em Cabo Verde, a palavra *trapiche* pode ter outra interpretação, podendo se referir ao espaço industrial, designado fornalha, em Santiago (esta designação também existe em Santo Antão) e não ao equipamento industrial de processamento da cana. (Sanches, 2005, p.69).

A primeira etapa presente em todos os engenhos é a moagem da cana, quando é extraído o sumo denominado *caldo de cana*, em todos os estados brasileiros, sendo esta a designação mais popular, uma vez que *caldo* denomina vulgarmente o sumo de um fruto,

como por exemplo *caldo de limão*, daí a necessidade do complemento determinativo *de cana*, em *caldo de cana*. Registámos o termo mais técnico *garapa* em Pernambuco e em Minas Gerais. Em Cabo Verde registámos apenas a forma crioula *calda*, para designar o sumo da cana-de-açúcar. (Nunes, 2008, p.185).

Abaixo segue um pequeno trapiche movido pelos animais. Na parte superior há um veio que permite o animal puxar.



Figura 5. Trapiche em Ribeira dos Engenhos, Ilha de Santiago, Cabo Verde

Fonte: Autora (2009)

O moinho de extracção do sumo da cana, que antigamente funcionava a tracção animal (*almanjarra* ou *manjarra de besta* e *engenho a boi*) e manual (*engenhoca*, *arrebenta-peito*, *moenda de pau* ou *engenho de pau*), meio artesanal que ainda hoje encontramos em Cabo Verde praticamente desapareceu na maior parte dos estados brasileiros, tendo sido substituído por pequenos moinhos ou engenhos a motor diesel e eléctricos (cabe considerar aí uma notável persistência açucareira em Cabo Verde). (Nunes, 2008, p. 184).

No estado brasileiro de Minas Gerais, encontrámos ainda um *engenho de água*, com *roda de água*, *roda de madeira* ou *cubos*, que recebem a água, fazendo movimentar a

moenda, e alguns engenhos de *bolandeira* e *pau de almanjarra*, movidos por animais. (Nunes, 2008, p. 184).

Acerca do trapiche tradicional de Cabo Verde, no que se refere ao pessoal necessário para trabalhar no mesmo, necessita-se de, no mínimo, quatro pessoas; uma para colocar a cana no trapiche, a segunda para redireccionar a cana de maneira que ela passe também entre o segundo e terceiro cilindro, outro indivíduo para acompanhar os animais “*o que panta os bois*” e por último, um responsável pelo abastecimento a mesa do trapiche com a cana já preparada, o qual deve assumir ainda a função de transportá-la para área de laboração. (Sanches, 2005, p. 73).



Figura 6. Trapiche de besta. Ilha de Santiago, Cabo Verde

Fonte: <http://www.ceha-madeira.net/engenho/acucar/fonte/fonte.html>. Acesso em 17 de Março de 2010.

No Brasil, para a produção do açúcar, destaca-se o engenho, componente industrial do sistema onde se fabrica açúcar. Este era um empreendimento que exigia um grande volume de recursos para ser iniciado. As terras eram concedidas àqueles que tinham alguma relação com a Coroa portuguesa ou com os capitães donatários e que possuíam recursos para ocupá-las e nelas produzir. Além disso, o ciclo do açúcar só foi possível devido à solução do problema da mão-de-obra: o escravo africano.

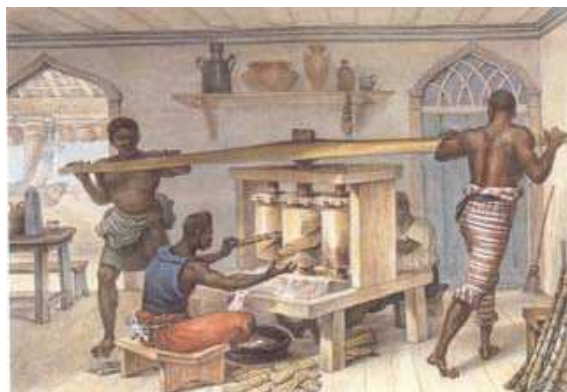


Figura 7. Debret, Engenho de açúcar com moenda movida a tracção humana no Brasil

Fonte: http://www.sebraerj.com.br/custom/pdf/cam/acucar/01_Introducao.pdf. Acesso em 17 de Março de 2010.

O engenho pode ser considerado a “indústria”, ou seja, as “oficinas a que os portugueses chamam de Engenhos, porque tais maquinismos e construções foram inventadas por engenhos agudos, e contam-se entre as novidades dos últimos séculos”. Mas a palavra engenho pode também ser usada em outras acepções. A palavra “engenho” é uma designação genérica, aplicada tanto às “oficinas” ou “fábricas” de açúcar, quanto ao processo de moagem da cana, e por extensão às plantações e ao conjunto da propriedade onde se produz açúcar. (Baralheis *apud* Soares, 2009, p. 64).

No Brasil, *o trabalho escravo, num contexto em que a oferta de terra para subsistência era ampla, surgiu, também, como única possibilidade de se extrair renda.* (Reis 2005 *apud* “Os Ciclos da Cana-de-Açúcar e do Ouro na História Colonial Brasileira”, s.d., p.40).



Figura 8. Engenho de grande porte ou “real” no Brasil em 1660

Fonte: Frans Post in: SOARES, Mariza de Carvalho. **Engenho sim, de açúcar não.** Revista VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41: p.61-83, jan/jun 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v25n41/v25n41a04.pdf>. Acesso em 10 de Janeiro de 2010

Ressalta-se que de origem greco-latina, trapiche era a denominação do moinho de azeite movido por tracção animal, tecnologia adaptada à moenda da cana. Conserva o significado em Cabo Verde. Trapiche, no Brasil, é o porto de embarque de mercadorias, de onde o açúcar era exportado para a Europa. O estudo aponta que a mudança de significado está associada à substituição da tracção animal pelo engenho movido a água. (Palavras que atravessaram séculos, s.d).

Cabe reforçar que o trapiche ou moenda da cana-de-açúcar, como é chamado o engenho em Cabo Verde, tem origem no Brasil. (Agostinho Rocha, 1990, apud Sanches, 2005, p.68).

Neste sentido ressalta-se o factor de influenciação entre os países, este que pode ser alongado na importância das ilhas atlânticas no aspecto social colonial brasileiro.

Cozedura

O caldo de cana é levado a grandes tachos de cobre, e submetido a fogo brando até atingir o "ponto", ou seja, se transformar em mel. Em Cabo Verde o termo ponto de mel é também utilizado no mesmo sentido que no Brasil, tanto em Santiago como em Santo Antão para designar a densidade do mel.

O trabalhador que faz o mel é denominado *fazedor de mel* ou *homem de cobre* em Santiago e *fazedor de mel* ou *ponteador de mel* em Santo Antão. (Sanches, 2005, p.63).

No Brasil, apresenta as variantes ponto do melado em Minas Gerais e o sinónimo mel apurado, na Paraíba. O produto resultante da concentração do sumo da cana é denominado: *mel* (de cana), na Paraíba, Ceará, Pernambuco e Bahia; *mel de engenho*, em Pernambuco e na Bahia; *melado* (de cana), na Paraíba, na Bahia, em Minas Gerais. Também é chamado de *melaço*, forma mais popular, em Pernambuco e na Bahia (termo que também denomina o subproduto do açúcar). (Nunes, 2008, p.187).

O trabalhador responsável pelo fabrico do mel é denominado *fornalheiro* e mestre do cozimento, na Paraíba; mestre, no Ceará; caldeireiro, em Pernambuco; *cozinhador*, na Bahia; *tacheiro*, em Minas Gerais. (Nunes, 2008, p.187-188).

Esse mel-de-engenho é transferido para um tanque onde será submetido a agitação, para acelerar a cristalização do açúcar.

O mel, então, é distribuído em formas cónicas, dispostas em uma bancada, onde fica até esfriar. Após a cristalização, o mel excedente, não cristalizado, é extraído, por decantação, através de um orifício na parte inferior da forma. Esse mel, chamado mel-de-furo ou melaço, tem outras utilizações, entre elas, também, a fabricação de cachaça, após fermentação por alguns dias.

As formas de açúcar

A contribuição da arqueologia, nomeadamente no que se refere à tipologia dos recipientes cerâmicos do açúcar, é fundamental para esclarecer as questões terminológicas e tecnológicas da cerâmica do açúcar (...) o conhecimento da terminologia da cerâmica do açúcar de cana pretende contribuir para a valorização do património linguístico-cultural... (Nunes, 2009? p.69).

Para purga e secagem a massa é posta em formas, pesada e feito secar. As formas do açúcar uns vasos de barro queimado na fornalha das telhas e têm alguma semelhança com os sinos, altas três palmos e meio e proporcionadamente largas, com maior circunferência na boca e mais apertadas no fim, aonde são furadas, para se lavar e purgar o açúcar por este buraco. [Antonil, 1711 apud Centro de Estudos da História do Atlântico (CEHA), s.d].

Se as formas de açúcar forem de ruim barro e mal queimadas é defeito notável, como também o serem pequenas. As boas são capazes de dar pães de três arrobas e meia. Tem nas casas da caldeira seu tendal cheio de bagaço de cana que vem da bagaceira, o qual, cavado com um cavador de ferro ou de pau, serve de cama ou cova para nele se assentarem as formas direitas em duas fileiras iguais e, como temos dito acima, de cada quatro ou cinco formas consta uma venda. Antes de botar nelas o açúcar, se lhes tapa o buraco que tem no fundo com seus tacos de folha de banana e se asseguram com arcos de cipó e cana brava, para que com a demasiada quantidade do açúcar não arrebentem. Logo se lhes bota o açúcar por temperas, como já temos dito, o qual no espaço de três dias endurece diversamente, um mais, outro menos, e ao que mais se endurece e dificulosamente se quebra chamam açúcar de cara fechada e ao que facilmente com qualquer pancada se quebra chamam açúcar de cara quebrada. [Antonil, 1711 apud Centro de Estudos da História do Atlântico (CEHA), s.d].

Actualmente, no Brasil, na produção açucareira artesanal e rudimentar de Minas Gerais e do Nordeste Brasileiro, não existem formas de açúcar feitas de barro, de molde cónico e com um furo no fundo para purgar o açúcar, mas existem formas quadradas de madeira, usadas no fabrico de *rapadura* (açúcar de cana bruto, mascavado ou não purgado), em que não se separa o açúcar do mel, o mesmo acontece com o açúcar “*da terra*” de Cabo Verde. (Nunes, 2009? p.67).

Em Cabo Verde, onde ainda se encontram os termos e as técnicas da antiga manufactura açucareira, registou-se o termo *forma*, em Santiago, nomeadamente *forma de açúcar*, com as variantes *forma de açúcarra* e *forma*, e os termos correspondentes: *forma de barro*, ou *forma de metal*, *forma de coco*, *forma de palha de bananeira*, *forma de pano*. Em Santo Antão, registou-se *forma de açúcar*, com a variante *forma* e os termos equivalentes *forma de mel* e *forma de pano* ou *forma de fazenda*. Como pode-se notar, através das denominações recolhidas, a forma de barro tende a ser substituída por formas feitas de outros materiais (de coco, de metal, de pano, etc.), deixando de apresentar um buraco no fundo, uma vez que o açúcar se cristaliza sem ser purgado. Na documentação oral de Cabo Verde, registou-se ainda o termo *forminha* para designar a forma de açúcar pequena usada para fazer

o denominado *açúcar de nata* ou *açucrinha*, em que a forma diminutiva do termo indica o seu tamanho pequeno, relativamente às formas de açúcar grandes. (Nunes, 2009? p.67-68).

O açúcar é cristalizado, em forma de pão, esta que recebe o nome inicial de pão-de-açúcar, estas são os materiais cerâmicos mais característicos da chamada “arqueologia do açúcar”. Genericamente, são recipientes cônicos de diferentes tamanhos, com uma perfuração no vértice que se destinava a verter os líquidos resultantes do processo de purgação do açúcar. Serviam, basicamente, de moldes cerâmicos para a confecção do pão de açúcar em forma de cone que, depois de extraído da forma cerâmica, era cuidadosamente separado pela sua qualidade para posteriormente ser comercializado dentro de caixas de madeira. (Souza, 2008, p.2).

Estas formas desempenharam papel importante na economia do açúcar, pois estavam presentes desde o final da produção até início da comercialização do mesmo. Cabe salientar que foram descobertos registos de seu uso em vários países de cultivo da cana.

Com a mesma função destaca-se o sino (de mel), designa o recipiente de forma cônica utilizado para cristalizar (e purgar) o açúcar, distinguindo-se da forma de açúcar pelo seu tamanho grande. As primeiras atestações deste termo ocorrem, na Madeira e nas Canárias, na primeira metade do século XVI, respectivamente com as formas sinos ou signos de melles e sinos (de barro). Pode se tratar de um madeirensismo, um nome da língua portuguesa comum sino, que sofreu uma termologização na ilha da Madeira, tornando-se um termo específico da actividade açucareira, para designar uma forma de açúcar grande (por analogia com a campânula do sino de bronze das igrejas). Posteriormente, o termo sino difunde-se no Atlântico, nomeadamente nas Canárias, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Brasil e América Espanhola. A forma cônica revelada pelo nome sino parece indicar que este tem a mesma função da forma de açúcar, apresentando um furo no fundo para purgar o açúcar, separando-o do mel. (Nunes, 2009? p.64).

Depois o açúcar é desenformado, chamando-se, então, açúcar bruto, ou mascavo, que é comercializado para utilização nessa forma, em pedaços, ou submetido a clareamento, na produção do “açúcar demerara”. A transformação de mascavo em demerara era feita nos engenhos pelo processo de purgação. O local onde se estocava esse açúcar era chamado casa de purgar. A purgação era feita com água colocada sobre uma camada de massapê aplicada sobre o pão de açúcar, e escoada pelo orifício inferior, levando as impurezas.

Na casa de purgar, última fase da produção, a massa resultante do processo era purificada e dividida em pães de açúcar - forma em que o produto era comercializado.

No Brasil, para a venda no mercado externo e desembarque nos portos, no entanto, era necessário triturar e secar os pães de açúcar ao sol para transportá-los em caixas. Os pães de açúcar depois de secos eram embrulhados em papel e colocados em caixas de madeira para se manterem intactos no percurso que o levaria ao destino de consumo.

Em Cabo Verde, *o açúcar, após retirado das formas, é conservado e embrulhado em folhas de bananeiro denominado forma e é denominado «forma de açucre» ou «çucra di forma» ou ainda «çucra de pedra»*. (Sanches, 2005, p.86).

Quadros terminológicos

Conforme já comentado pela autora, julgou-se pertinente inserir quadros terminológicos acerca da cultura do açúcar, para, além de detalhar o conteúdo estudado, contribuir na sua compreensão. Neste sentido, é oportuno inserir referências das sensíveis diferenças terminológicas do crioulo (língua não-oficial cabo-verdiana), de Sotavento (em Santiago) e Barlavento (em Santo Antão), fazendo um paralelismo com os termos brasileiros (a destacar o nordeste, com algumas referências a Minas Gerais).

Trata-se de uma breve, mas importante amostra terminológica para o contexto do paralelismo patrimonial.

No que tange às operações de cultivo e colheita da cana (tema do próximo quadro), se encontram as mesmas denominações nos dois lados do Atlântico (a destacar Cabo Verde e Brasil) designadamente plantar com a variante popular *prantar a cana, limpar a cana e cortar ou colher a cana*. Também as denominações das diferentes partes da cana e diferentes fases do seu crescimento são idênticas, nomeadamente *pé da cana, raiz* ou *soca; semente, muda* ou *planta da cana*, o pedaço de cana semeado; *gomo da cana*, a parte mole da cana que se chupa; *nó da cana*, a parte dura das divisões da cana em gomos; *olho da cana*, que denomina simultaneamente *o rebento do nó da cana*, a parte de cima da cana; *pendão (da cana)* e *bandeira*, a flor da cana. (Nunes, 2008, p.182).

Quadro 3. Termos regionais de Cabo Verde e do Brasil relacionados ao plantio e colheita e transformação da cana

TERMOS REGIONAIS DE CABO VERDE		BRASIL (destaque para a região Nordeste e algumas referências de Minas Gerais)	DESCRIÇÃO
Crioulo de Santiago	Crioulo de Santo Antão		
Canudo (de cana)	Talhe (de cana)	Talho	-entre nós de cana
Herdeiro, rebento da cana, inço da cana	Herdeira	Filho, Filiação ou Filhinho de cana	-planta nova da cana
Apanha da cana, corte da cana	Corte de cana	Corte da cana, Colheita da cana	-colheita da cana
Primeira corta	Quebradura	Primeiro corte	-primeira colheita da cana
Raiz da cana, soca da cana	Raiz da cana, souke da cana	Raiz da cana, soca da cana	-raiz da cana que fica na terra
Pilar, trapichar, moer a cana, espremer, esmagar	Trapichar, moer a cana, espremer, esmagar	Moer a cana, espremer a cana, esmagar, capital ²¹	-esmagar a cana
Cuba	Cuba, cubra	Cuba	-calha por onde corre a calda que sai do trapiche
Parola da (calda), pia, cocho	Celha, tanque (da calha)	Parol, Cocho, Tanque	-recipiente que recebe a calda
Plantar a cana ou Prantar a cana	Plantar a cana ou Prantar a cana	Plantar a cana ou Prantar a cana	-acto de plantar a cana
Almanjar (almanjara)	Almanjare (manjara)	Almanjarra ou Manjarra	-pau de trapiche movimentado pelos bois
Fornalha, Trapiche	Curral de trapiche	Trapiche, Engenho	-espaço de transformação da cana ²²

²¹ Variação de Minas Gerais (Nunes, 2008).

²² “La Terminologia Azucarera de Madeira, Canárias, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe y Brasil”, (Nunes ,s.d.) define:

Calda	Calda	Caldo de cana, Garapa	-primeiro produto extraído da cana, podendo ser bebido, pois apresenta propriedades medicinais e alimentícias ²³
-------	-------	-----------------------	---

Fonte*

Em Cabo Verde: Trapiche a. 1600: « engenho moente e corrente e com todos os seus aviamentos, trapiche, boi, cobre, formas, madeira e lenha. » (Corpo Documental: 303).

No Brasil: Trapiches séc. XVI- “tornando aos engenhos, cada um deles é uma máquina e fábrica incrível: uns são de água rasteiros, outros são de água copeiros, os quais moem mais e com menos gastos; outros não são de água, mas moem-se com bois e chama-se trapiches; estes têm muito maior fabrico e gastos, ainda que moam menos, moem-se durante todo o ano, que não têm os d’água, porque às vezes lhes falta. (Cadim: 320), a. 1618: «por ser necessário muitas forças e cabedal para os haverem de pôr em perfeição, porque um engenho como os de água, como até agora costumava se fazer, e ainda dos que chamam trapiches, que moem com os bois, fazem de despesa, feito e fabricado, ao redor de dez mil cruzados, pouco mais ou menos.» (Brandão:98). /Sin.:engenhocas. a.1711: « Dos engenhos huns se chamaram de reaes [*sic*], outros inferiores, vulgarmente de engenhocas. Os reaes ganharam este apelido (...) principalmente por terem a realza de moerem com água, à diferença de outros que moem com cavallos ou boys» (Antonil: 21).

²³ “La Terminologia Azucarera de Madeira, Canárias, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe y Brasil”, (Nunes, s.d.), define:

Em Cabo Verde: Calda a.1999: Calda que passa do trapiche para um tacho num balde. (SantiagoFO002)

No Brasil: Caldo.a.1628: «e para as fornalhas em que o caldo coze e incorpora o açúcar era necessária uma casa de cento e cinquenta palmos de comprido e cinquenta de largo.»(Salvador: 420).

Caldo doce.a.1711:«o que há de evitar nos engenhos, he o emborracharem-se com garapa azeda ou aguardente, bastanto conceder-lhe garapa doce, que lhes não faz dano.»

(Antonil:28).

*NUNES, Naidea Nunes. **As palavras e as técnicas da produção açucareira actual, na Ilha da Madeira e em Cabo Verde**: estudo comparativo, no âmbito do Seminário História e Tecnologia do Açúcar, Funchal, 2001 *apud* SANCHES, Celestino Ramos. **A cana-de-açúcar em Cabo Verde: Cultivo, Transformação e Comercialização**. Praia, Outubro de 2005, 160 p. (Dissertação de Mestrado em História Contemporânea: Instituto Superior de Educação da Universidade Portucalense).

_____. **Madeirensismos e brasileirismos na terminologia açucareira (do século XV à actualidade)**. In: Novas contribuições para o estudo da história e historiografia da língua portuguesa. Organizado por Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa; Maria Filomena Gonçalves. – Araraquara: FCL-UNESP Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. Disponível em <http://home.uevora.pt/~fvaz/Publica%E7%F5esProjectoCen%E1culo/FilomenaGon%E7alves1.pdf>. Acesso em 15 de Março de 2010.

_____. **Mudança e variação na terminologia açucareira actual do Brasil**. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto, 2008, Vol.3. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6881.pdf>. Acesso em 15 de Março de 2010.

_____. **La Terminologia Azucarera de Madeira, Canárias, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe y Brasil (Algunos ejemplos)**. (s.d). Disponível em: <http://www.iula.upf.edu/materials/060217nunes.pdf>. Acesso em 20 de Março de 2010.

Quadro 4. Termos regionais de Cabo Verde e do Brasil no fabrico do mel de cana

TERMOS REGIONAIS DE CABO VERDE		BRASIL (destaque para a região Nordeste e algumas referências de Minas Gerais)	DESCRIÇÃO
Crioulo de Santiago	Crioulo de Santo Antão		
Mel	Mel	Mel, Melaço, Melado	-remel: o mel que escorre das formas de açúcar branco batido -melaço: mel final -melado: mel de engenho, mel de furo
Cobre (tacha), caldeira	Tacho, panela	Tacha, Tacho	-recipiente de cozedura do açúcar e do mel
Panela	Panela	Panela	- menor recipiente onde se faz o mel e açúcar (caseiro)
Borra de calda, poeiras	Borra, mouke	Borra, espuma do caldo, impuridade da cana	-impurezas retiradas da calda
Escumadeira, cuadeira	Esumadeira	Escumadeira	-instrumento utilizado para retirar a espuma
Ponto	Ponto	Ponto	-grau de consistência dada à calda de açúcar nos tachos -de açúcar: situação que atinge o caldo no momento de ser deitado nas formas -de bala, de rebuçado, ou de puxa: o ponto mais espesso em que a calda não escorre -de cabelo: em que a calda escorre fina como o fio de cabelo
Ponto (de mel), peso de mel, mel pesado	Ponto de mel	Ponto de mel	-densidade do mel

Remihola	Calamar	Reminhol	-instrumento utilizado para retirar o mel do cobre ²⁴
----------	---------	----------	--

Fonte*

²⁴ O melado, depois de atingir o ponto de açúcar é retirado do tacho para um *cocho*, chamado *resfriadeira*, para *esfriar*, para isso é mexido com um instrumento denominado *palheta grande* na Paraíba e *rominhol* ou *reminhol* em Minas Gerais. *Rominhol* ou *reminhol* é um termo muito antigo, provavelmente do latim *remus* ou *rame* (cobre), que denomina uma colher de cobre com um cabo comprido. (Nunes, 2008).

*NUNES, Naidea Nunes. **As palavras e as técnicas da produção açucareira actual, na Ilha da Madeira e em Cabo Verde**: estudo comparativo, no âmbito do Seminário História e Tecnologia do Açúcar, Funchal, 2001 *apud* SANCHES, Celestino Ramos. **A cana-de-açúcar em Cabo Verde: Cultivo, Transformação e Comercialização**. Praia, Outubro de 2005, 160 p. (Dissertação de Mestrado em História Contemporânea: Instituto Superior de Educação da Universidade Portucalense).

_____. **Mudança e variação na terminologia açucareira actual do Brasil**. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto, 2008, Vol. 3. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6881.pdf>. Acesso em 15 de Março de 2010.

Muitos dos termos e técnicas da produção açucareira passam do Mediterrâneo para a ilha da Madeira e desta são inseridos em Cabo Verde e no Brasil, nomeadamente os termos *trapiche, pão de açúcar, garapa, açúcar de escumas, açúcar cândi, açúcar de uma cozedura, açúcar de duas cozeduras, açúcar de mel e açúcar branco*. Na ilha da Madeira, surgem novos termos e técnicas, designadamente *açúcar de panela, açúcar somenos e rapadura*. O mesmo acontece no Brasil, com o desenvolvimento da produção açucareira na América, surgem novos termos, nomeadamente *açúcar de cara fechada, açúcar de cara quebrada, açúcar redondo, açúcar batido e açúcar macho*, entre outros. (Nunes In: Murakawa; Gonçalves, 2007 p.192.)

Quadro 5. Termos regionais de Cabo Verde e do Brasil no fabrico do açúcar de cana

TERMOS REGIONAIS DE CABO VERDE		BRASIL (destaque para a região Nordeste e algumas referências de Minas Gerais)	DESCRIÇÃO
Crioulo de Santiago	Crioulo de Santo Antão		
Panovelho, caravelha, escaravelha, nata, espuma	Escuma branca	Nata	-terceira espuma retirada da fervura
Ponto (di açúcar)	Ponto de açúcar	Ponto de açúcar	-densidade do açúcar
Bater sobre, bater açúcar	Bater açúcar	Bater o açúcar	-mexer açúcar no cobre
Raspas, cocorota (di mel), raspadeira de cobre, caramelos (di mel) carasbedja	Raspadura (do tache), raspa, çucrinha	Rapadura	-crostas de açúcar caramelizado ²⁵ -crostas grossas de mel ou açúcar que ficam coladas às caldeiras, que depois se rapam para usar como reбуçado ou desfazer em mel. É assim uma massa dura de açúcar não purgada.

²⁵ Em “Palavras que atravessaram séculos” (2010), rapadura é uma palavra portuguesa que baptizava os “restos caramelizados rapados do fundo das tachas do cozimento do açúcar.” Mantém o mesmo significado em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe. “No Brasil, passou a denominar o açúcar bruto ou inteiro que pode ser misturado com vários ingredientes.”

			-batida: rapadura fabricada com o mel do último tacho
Raspar, cobre, rapar, cobre	Raspar tacho	Raspar	-retirar as crostas do cobre
Forma de açúcar	Forma de açúcar	Forma de açúcar	-recipiente onde o açúcar solidifica
Mel di forma, mel (de açúcar), melaço (de açúcar)	Melaço	Melaço	-líquido que escorre das formas de açúcar
Pedra de açúcar, forma de açúcre, açúcar di forma	-	Açúcar de forma	Açúcar retirado das formas

Fonte:

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA E CIVILIZAÇÃO DO AÇÚCAR -AIHCA. **Dicionário do açúcar: Alguma terminologia invulgar.** Disponível em: <http://sites.google.com/site/aihca02/dicion%C3%A1rioa%C3%A7%C3%BAcar>. Acesso em 20 de Março de 2010.

NUNES, Naidea Nunes. **As palavras e as técnicas da produção açucareira actual, na Ilha da Madeira e em Cabo Verde:** estudo comparativo, no âmbito do Seminário História e Tecnologia do Açúcar, Funchal, 2001 *apud* SANCHES, Celestino Ramos. **A cana-de-açúcar em Cabo Verde: Cultivo, Transformação e Comercialização.** Praia, Outubro de 2005, 160p. (Dissertação de Mestrado em História Contemporânea: Instituto Superior de Educação da Universidade Portucalense).

_____. **Madeirensismos e brasileirismos na terminologia açucareira (do século XV à actualidade).** In: Novas contribuições para o estudo da história e historiografia da língua portuguesa. Organizado por Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa; Maria Filomena Gonçalves. – Araraquara: FCL-UNESP Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. Disponível em <http://home.uevora.pt/~fvaz/Publica%E7%F5esProjectoCen%E1culo/FilomenaGon%E7alves1.pdf>. Acesso em 15 de Março de 2010.

_____. **La Terminologia Azucarera de Madeira, Canárias, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe y Brasil (Algunos ejemplos).** (s.d). Disponível em: <http://www.iula.upf.edu/materials/060217nunes.pdf>. Acesso em 20 de Março de 2010.

Palavras que atravessaram séculos. Jornal do commercio. Recife, 05 de Janeiro de 2010.

Quadro 6. Termos regionais de Cabo Verde do fabrico da aguardente de cana

TERMOS REGIONAIS DE CABO VERDE		BRASIL (destaque para a região Nordeste e algumas referências de Minas Gerais)	DESCRIÇÃO
Crioulo de Santiago	Crioulo de Santo Antão		
Aguardente, Grogue	Aguardente, Grogue	Aguardente, Cachaça, Pinga	-bebida alcoólica do sumo fermentado da cana ou do mel ²⁶
Calda armada, calda fermentada, calda chegada	Calda armada, calda fermentada, calda chegada	Calda Fermentada	-calda fermentada
Ferver, destilar (estilar)	Ferver, destilar (estilar)	Destilar	-destilar a aguardente no alambique
Alambique	Alambique	Alambique, Lambique, Panela de cobre	-o aparelho onde se fabrica a aguardente
Capacete	Capacete, cabeção, capitel	Capacete ou capitel	-parte do alambique que faz a ligação entre a caldeira e o tubo de condensação
Cabeça (de grogue)	Cabeça (de grogue), cabeça do garrafão, cabeçada	Cabeça	-primeira aguardente forte que sai do alambique

Fonte*

²⁶ A bebida alcoólica feita do sumo da cana ou do mel é denominada cachaça em todos os estados brasileiros. Na Paraíba, registou-se a par da denominação cachaça, os termos aguardente e pinga para denominar o mesmo conceito. Encontrámos também denominação aguardente em Pernambuco e a designação pinga de melado, pinga de cana e pinga (de garapa) em Minas Gerais, a par dos termos cachaça de melado e cachaça de garapa. Na Baía, apenas encontrámos o termo cachaça (de caldo). A aguardente feita do mel escorrido das formas do açúcar, em Pernambuco, é denominada aguardente de mel de furo. (Nunes, 2008).

Em Cabo Verde encontrou-se o termo cachaça para denominar a aguardente de cana ou grogue e, por extensão semântica, cachaço denomina um bêbado. Registou também esporadicamente o termo cachaça para denominar a espuma da fermentação do sumo da cana, no processo de fabrico de aguardente, antes de passar ao alambique para destilação. (Nunes, 2007).

* NUNES, Naidea Nunes. **As palavras e as técnicas da produção açucareira actual, na Ilha da Madeira e em Cabo Verde**: estudo comparativo, no âmbito do Seminário História e Tecnologia do Açúcar, Funchal, 2001 *apud* SANCHES, Celestino Ramos. **A cana-de-açúcar em Cabo Verde: Cultivo, Transformação e Comercialização**. Praia, Outubro de 2005, 160 p. (Dissertação de Mestrado em História Contemporânea: Instituto Superior de Educação da Universidade Portucalense).

_____. **Madeirensismos e brasileirismos na terminologia açucareira (do século XV à actualidade)**. In: *Novas contribuições para o estudo da história e historiografia da língua portuguesa*. Organizado por Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa; Maria Filomena Gonçalves. – Araraquara: FCL-UNESP Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. Disponível em <http://home.uevora.pt/~fvaz/Publica%E7%F5esProjectoCen%E1culo/FilomenaGon%E7alves1.pdf>. Acesso em 15 de Março de 2010.

_____. **Mudança e variação na terminologia açucareira actual do Brasil**. *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, 2008, Vol. 3. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6881.pdf>. Acesso em 15 de Março de 2010.

Após esta amostra linguística da terminologia açucareira, é oportuno inserir a seguinte referência acerca da variação terminológica nos países de estudo:

O facto de se tratar de uma área de actividade especializada, com terminologia técnica, pode explicar a menor variação social e geográfica. Assim, registámos uma grande uniformidade terminológica intra e inter Estados (do Brasil), sendo que as variações dialectais e sociolinguísticas não são muito evidentes. No entanto, registámos algumas variações sociais e terminológicas entre denominações mais populares e termos mais técnicos, por exemplo: caldo (de cana) denominação mais popular e garapa designação mais técnica do sumo da cana; melação denominação mais popular e melado, designação mais técnica do mel de cana. (...) Também podemos verificar que os fenómenos de variação e mudança encontrados no Português do Brasil são semelhantes aos que ocorrem nas outras regiões açucareiras estudadas, nomeadamente na Madeira, Canárias, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, havendo grande proximidade entre as duas margens do Atlântico. (Nunes, 2008, p.195).

Em Cabo Verde e no Brasil, um conjunto de referências da cana persiste, tanto sob a forma imaterial, através dos saberes, como material, através de sua tecnologia. O espaço físico dos antigos trapiches ou engenhos, plantações de cana ou propriedades, conservam elementos correspondentes ao antigo modo de produção do açúcar.

Mesmo que o período inicial da cultura açucareira nestes países esteja alguns séculos distante da sociedade contemporânea, os complexos produtivos tradicionais exercem influência ainda hoje em diversas práticas desta cultura. A riqueza cultural produzida é hoje motivo de vários estudos, entre várias áreas de conhecimento.

Como foi demonstrado neste estudo, o intercâmbio entre Cabo Verde e Brasil sempre gerou desenvolvimento, seja económico ou cultural. Deste modo, a sua relevância ultrapassa as questões económicas e pode ser notada na forma vivenciada de suas populações.

Quem não se lembra de já ter sido desafiado a contar um segredo em troca de um doce? Tem até uma expressão pronta para a abordagem, parida, é claro, na civilização do açúcar: dou-lhe um doce se me disser... O folclore regional criou ditos populares açucarados – quem meu filho beija, minha boca adoça é famoso entre as pernambucanas – mas o ciclo da cana também é responsável por um patrimônio de palavras que chegaram até os dias atuais, não necessariamente com os significados de origem. (Palavras que atravessaram séculos, 2010).

O resgate do património açucareiro poderá contribuir no desenvolvimento, tanto em Cabo Verde, como no Brasil, no que tange à atribuição de valor e identificação das tecnologias e terminologias tradicionais. Resgata-se, assim, a auto-estima das gerações envolvidas na actividade, aumenta-se seu sentimento de pertença, gerando motivação para o seu sustento, reconstrói-se a sua história e pode gerar-se uma forte salvaguarda cultural. Esta pode minimizar possíveis intenções de extinção do tradicional em função de uma modernização dispendiosa e despreparada, prevenir a aculturação e produzir renda em função da criação de actividades que possam ser adaptadas ao contexto actual e às suas necessidades de mercado, atraindo investimentos no que tange à submissão de projectos, como de criação de um museu temático, confecção de produtos artesanais, formação de profissionais para trabalhar com um nicho de mercado, seja ele turístico ou de produção artesanal, fomentar a visitação e o comércio local, desenvolver infra-estruturas, e complementar a renda da população, gerando o intercâmbio cultural. O património é uma fonte inesgotável de recursos, sejam eles materiais ou imateriais.

Resgatar este legado cultural fortalece a base familiar, a educação, e ajuda no descobrir da identidade da população, tornando a mesma mais assertiva, com base no conhecimento histórico adquirido através da herança que lhe foi partilhada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para as considerações finais deste trabalho, é oportuno remeter a Quivy (1998), quando trata da metodologia da conclusão em investigação no campo das Ciências Sociais. Para ele, deve-se recapitular o procedimento, ou seja, reportar ao método; e apresentar os resultados, colocando em evidência os novos conhecimentos e as consequências da pesquisa.

Nesta óptica cabe destacar que suscitar novos estudos, visando enriquecer o tema, é importante para perceber a contribuição académica desta dissertação para o desenvolvimento científico do seu campo de abordagem.

Sobre a metodologia, em que se recorreu à historiografia, seguindo a linha da abordagem dialéctica, e da História Comparada, deve ser considerado o grau de dificuldade da pesquisa e da selecção das informações, que, na opinião da autora, foi elevado. No entanto, este método permitiu que o fio condutor do estudo, sob foco da ligação entre Cabo Verde e Brasil com base na dispersão, transformação e fixação da cultura da cana-de-açúcar, levando em conta o domínio colonial português, fosse mantido ao longo da mesma e que seu aprofundamento pudesse ser feito de forma estratégica, para melhor compreensão do leitor.

O Método também contribuiu na coesão da estrutura textual, por ser necessária a especificação constante; assim foi possível criar um paralelismo em volta de uma abordagem multidisciplinar.

A pergunta de partida configurou-se no entendimento da evolução das relações entre Cabo Verde e Brasil, tomando por base um importante produto para o desenvolvimento colonial, a cana-de-açúcar, salientando a sua importância económica e, principalmente, suscitando a sua pertinência sociocultural.

A autora buscava elementos pertinentes, de fundamental importância no contexto da expansão portuguesa, que desencadeassem o elo entre os dois países, assim o destacamento da cana-de-açúcar, se fez oportuno, pois adequava-se ao método, permitia o paralelismo, abrangendo as questões históricas, geográficas, socioeconómicas e culturais.

Considerando que pôde ser salientado o factor de troca cultural, desde os primeiros contactos entre Cabo Verde e Brasil e a evolução destas trocas foi, ainda mais perceptível, quando se prosseguiu para o último capítulo, o que suscitou a continuidade do tema, em que se percebeu a persistência deste intercâmbio e a necessidade de se conhecer sua trajectória.

As hipóteses foram atestadas, mas com variáveis no que tange aos complementos deixados por dados expostos e analisados ao longo da pesquisa, como por exemplo, o factor de experimentação da cana sacarina em Cabo Verde, que não foi o suficiente para sustentar a colonização portuguesa neste país. A este respeito, o que se destacou foi a sua função geoestratégica.

Neste ponto, poderá ser analisada a reflexão sobre as diferenças geográficas e o factor de integração entre Cabo Verde e Brasil, pois se, para o primeiro, a localização permitia a dinamização das rotas marítimas e o fomento da colonização no Brasil, para o segundo, a localização, menos estratégica, cedia lugar às potencialidades de exploração. Assim, houve difusão e recepção de culturas de ambos os países.

Sob este aspecto, foi demonstrada a importância da cana sacarina para o contexto económico da época, através de sua dispersão e cultivo nas colónias que foram sendo descobertas. Era um produto de grande valor e, não seria diferente, diante de todo mercado impulsionado pela cultura da mesma. O Brasil foi o seu local de cultivo com mais impacto no que tange ao grau de produção e de utilização de mão-de-obra escrava. A este respeito, foi oportuna a colocação de Cabo Verde como entreposto de ladinização e de comercialização de escravos, aumentando assim, as afirmativas no que tange à pertinência das relações entre os dois países.

Em consonância com Sanches (2005), a relevância dos produtos (derivados da cana-de-açúcar) no comércio entre as ilhas e entre estas e Portugal e as restantes Províncias Ultramarinas foram de significado inegável na configuração, não só da economia caboverdiana, mas também, nas suas práticas culturais, pelo que deve merecer mais estudos.

Contrariamente às outras culturas de valor comercial introduzidas na mesma época, apesar da política proteccionista do governo colonial, da tentativa de redução de seu cultivo nas principais terras cultiváveis do regadio no arquipélago e dos pesados impostos aplicados aos seus produtores, a sua cultura conseguiu perdurar entre os séculos.

Complementa-se, como foi explicitado no trabalho, que apesar de a cana-de-açúcar ter se adaptado bem às condições climáticas de Cabo Verde e a actividade açucareira ter sido implantada muito cedo, esta foi efémera, pela qualidade do produto e pelo preço. Reforça-se aí a decadência em função do desenvolvimento desta actividade na Madeira e no Brasil.

Desta forma, é importante retomar o que foi mencionado neste trabalho, em que, mesmo com a decadência da produção do açúcar em Cabo Verde, ainda se encontra açúcar de fabrico artesanal à venda em mercados tradicionais, a exemplo do de Assomada. É um indício

de que há registos (mesmo que escassos) de produção tradicional do açúcar no país. Neste sentido, devem ser criados esforços para que o património açucareiro continue presente nos dias actuais. Se há escassez de capital humano a conhecer as técnicas, deve-se atentar para esta questão, de modo a preservá-la.

Sobre o Brasil, pode-se dizer que, ainda hoje, se configura como uma potência mundial no que tange à confecção dos derivados da cana-de-açúcar.

A aguardente (também grogue em Cabo Verde), tem produção vigente em Cabo Verde e Brasil e, em ambos, foi sempre produto de exportação, por exemplo em Cabo Verde. Pode considerar-se que parte de sua produção se destina ao mercado de emigração, além de considerável consumo interno.

Deve ser salientado que, sobre a persistência das actividades açucareiras tradicionais coloniais, comprovou-se a sua vigência durante séculos e que a conexão tecnológica e terminológica pode ser considerada uma das consequências do relacionamento entre Cabo Verde e Brasil.

Assim, o trabalho de pesquisa também suscitou a seguinte reflexão: como justificar que as formas tradicionais com adaptações contextuais de cultivo e de produção relacionadas à cana-de-açúcar ainda perdurem nos dias actuais?

Para responder esta questão, pode-se dizer que a persistência das técnicas de produção tradicional tem a componente económica como um dos factores condicionantes, já que muitos dos pequenos produtores não dispõem de meios financeiros para actualização tecnológica, tanto em Cabo Verde como no Brasil, nomeadamente neste último, por se ter destacado neste sector, onde essas inovações ficaram a cargo, muitas vezes dos médios e grandes produtores.

Deve-se considerar a vertente cultural, onde a económica não é a questão principal. Os produtores tradicionais receberam o “modo de fazer” de seus antepassados. A cultura do açúcar está intrínseca neste meio, enraizada nele e, mesmo com crescimento económico, ela perdurará em sua essência. Salienta-se que ela integra uma componente identitária deste povo.

Concorda-se com Menezes (2009), em que a dinamicidade da cultura se encontra na capacidade que esta possui de acompanhar os fluxos e demandas da sociedade, absorvendo os aspectos pertencentes a outras sociedades, através de aproximações diversas, como uma guerra ou uma aliança, tornando-se, portanto, mutável. No entanto, a sociedade apresenta alguns mecanismos de resistência que permitem manter a estrutura cultural essencial. Cada civilização tem a sua cultura definida. Embora diferentes sociedades possam aproximar-se em alguns aspectos culturais, como o tipo de vestuário ou a religião, as manifestações ocorrem de

maneira distinta e, ainda que a cultura de um grupo seja transmitida para outro, esta transmissão não é completa, pois há o factor de adaptação contextual.

Após o estudo da história e do legado cultural da cana-de-açúcar, cabe afirmar que a mesma persiste no quotidiano de Cabo Verde e do Brasil e merece estudos que contribuam para esta questão, já levantada e demonstrada pela autora deste estudo.

A ideia de continuidade que esta pesquisa pretende suscitar no leitor, referenciada no início destas considerações, cabe, por exemplo, na evolução cultural que teve o relacionamento entre Cabo Verde e Brasil até aos dias actuais, em que este trabalho poderia ser tomado como base deste contexto.

São inúmeras as abordagens que poderão ser feitas neste sentido. Desta forma, a autora julgou pertinente mencionar algumas delas nestas considerações.

Poderia ser abordada a pertinência dos derivados da cana na alimentação tradicional, tanto em Cabo Verde (cabe citar a tradição do uso do mel no dia de cinza na Ilha de Santiago e a importância do mesmo no complemento da alimentação tradicional), como no Brasil, bem como as estruturas sociais vigentes da economia do açúcar e o intercâmbio populacional desencadeado pela cultura canavieira.

É importante salientar que o grogue em Cabo Verde e a aguardente, cachaça ou pinga no Brasil é uma bebida que faz parte do quotidiano da convivência e se configura como realidade histórico-cultural. Para além de serem símbolos da identidade cultural de ambos os países.

Outra questão importante neste paralelo, trataria dos aspectos políticos entre Cabo Verde e Brasil, no século XIX, verificado, por exemplo, na Revolta dos Engenhos (1822), em Cabo Verde.

Neste sentido pode-se buscar Barcellos (1899-1911 *apud* Pereira 2006), o primeiro a escrever sobre o tema, procura destacar a importância das ideias liberais, como a de “libertar a terra” e o contexto da Independência do Brasil como condicionantes da “desordem” registada nos dois morgadios do interior de Santiago. Comenta sobre a construção de um partido pró-Brasil que tinha como objectivo unir as Ilhas de Cabo Verde ao Brasil.

Aconselha-se, também, a trabalhar a cultura cabo-verdiana desencadeada pelas rotas atlânticas a partir do século XVIII, com paragem em Porto Grande, Mindelo, Ilha de São

Vicente, procurando estender a linha temporal desta dissertação, mas mantendo o fio condutor da ligação entre Cabo Verde e Brasil.

A partir do século XIX, configura-se uma nova fase, que abrange os aspectos culturais, a destacar, através de Porto Grande, na Ilha de Mindelo, onde Cabo Verde, ainda como rota de paragem, teve contacto e incorporou o Carnaval à sua cultura. Neste sentido, continua-se com as influências musicais e literárias. Destacando, assim, a influência cultural que o Brasil teve em Cabo Verde.

Neste sentido, poderá verificar-se, com o estudo de diversas fontes, a contar com Pereira (2007), que a partir do século XIX, através do Porto Grande, na Ilha de São Vicente que se dará continuidade ao relacionamento entre Cabo Verde e Brasil, pela frequência dos barcos brasileiros que demandavam esse porto, a caminho da Europa. Este facto influenciou, decisivamente, a implantação e desenvolvimento do Carnaval da cidade do Mindelo, na música, e influenciando a literatura cabo-verdiana. Tal aconteceu por via dos Claridosos, cujo movimento literário cabo-verdiano "Claridade", considerado como o mais prestigiado do país, muito foi influenciado por autores brasileiros, designadamente os do Nordeste, como por exemplo, Josué de Castro, Manuel Bandeira, Jorge Amado, entre tantos outros.

Em "A Imagem do Brasil em Cabo Verde", presente na revista de artes e letras "Claridade", comenta-se que o Brasil teve uma influência notória em Cabo Verde nas Letras, a importância que teve a Literatura Brasileira e, nomeadamente, a corrente Modernista, no desenvolvimento da Literatura cabo-verdiana é apontada por Manuel Ferreira no prefácio da obra que reagrupa todos os números da revista "Claridade".

Há vários registos que citam a presença de marinheiros brasileiros de passagem por São Vicente, onde havia convívio, às vezes, durante dias, confraternizando sua cultura com os cabo-verdianos do Mindelo.

Um exemplo, poderia ser o músico B.Léza, um grande compositor de mornas que compunha sambas e sempre demonstrou a sua influência brasileira. O mesmo agregou ao cenário da música cabo-verdiana a estrutura da harmonia brasileira.

Seguindo para outra possível temática, salienta-se também, que no século XX a aproximação do Brasil através da mídia brasileira a cabo-verdiana na transmissão de suas telenovelas e a aceitação do povo cabo-verdiano aos programas televisivos brasileiros em canais abertos, os quais fazem parte do quotidiano deste arquipélago. Verifica-se, aí, uma das vertentes modernas das relações entre os dois países.

Podemos averiguar as expressões brasileiras utilizadas em Cabo Verde, roupas, bijutarias, objectos de decoração e por exemplo, o nome do maior Centro Comercial do país, que passou a chamar-se Sucupira, depois da influência novelística brasileira.

Mais uma vertente de estudo, pode ser feita com relação ao comércio entre Brasil e Cabo Verde, que é considerado em evolução, a destacar o volume de vendas do Nordeste brasileiro e de São Paulo para Cabo Verde. Profissionais liberais, muitos do Nordeste do Brasil também vêm em missões empresariais ao arquipélago fomentando o empreendedorismo e fortalecendo parcerias com empresas locais.

Actualmente, esforços de ambos os países, para essa aproximação, têm sido empreendidos oficialmente com dinâmica. Desde a sua independência, Cabo Verde tem reduzido ainda mais seu distanciamento do Brasil, na expectativa de tê-lo como um importante parceiro de cooperação, neste sentido, podemos destacar a esfera educacional.

Os cabo-verdianos que vão estudar no Brasil têm levado a cultura de Cabo Verde e contribuído para disseminação da brasileira no país. Neste sentido, sugere-se que o paralelismo cultural seja mais divulgado naquela nação da América do Sul, a fim de melhorar o conhecimento dos brasileiros sobre um Cabo Verde com questões culturais similares às suas. Deve ser ressaltado que relacionar Cabo Verde e Brasil no meio académico pode propiciar um conhecimento bilateral e gerar uma maior aproximação entre estes países.

Para finalizar, é relevante que os resultados deste trabalho suscitem novas pesquisas, onde, voltando à especial temática deste trabalho, se tem as seguintes questões: além da cana-de-açúcar, quais seriam as outras pontes para confecção de um estudo que tratasse das relações entre Cabo Verde e Brasil? Qual seria a sua repercussão na sociedade actual?

Para respondê-la, deverá ser considerado que, para que o património, ou seja, o legado cultural resultante deste relacionamento, contribua para o desenvolvimento dos países a serem estudados, será necessário descobri-lo, conhecer o seu contexto, a sua história. Assim, mais pesquisas nesta temática reforçariam a valorização do património histórico-cultural cabo-verdiano e brasileiro e trariam à tona as suas raízes, a sua identidade.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord.). **História Geral de Cabo Verde**. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Trópica e Direcção Geral do Património Cultural (DGPC), 1991, vol. I.

_____. **História geral de Cabo Verde**. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical e da Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1999.

ANDRADE, Banha *et al.* **Balanço da Colonização Portuguesa**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975.

ANDRADE, António Alberto Banha. **Novos mundos do mundo**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1972.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.

ANTUNES, Celso. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1990.

BALLART, Josep. **El Patrimonio Histórico y Arqueológico: Valor y Uso**. Barcelona: Ariel, 1997.

BARBALHO, Nelson. **Dicionário do açúcar**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1984.

BORGES, Aidil de Carvalho Martins Barbosa. **O património ecológico e arqueológico da Cidade Velha: subsídios para o uso sustentável dos recursos naturais e do desenvolvimento turístico**. Florianópolis, Brasil, 2005, 198 p. (Dissertação de Mestrado em Gestão Ambiental da Universidad de León: Fundação Universitária Ibero-americana).

BOXER; C.R. **A Igreja e a Expansão Ibérica (1440 a 1770)**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Felipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

CABRAL, Iva. “Ribeira Grande: vida urbana, gente, mercancia, estagnação”. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord.). **História Geral de Cabo Verde**. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Direcção Geral do Património de Cabo Verde, 1995. Vol. II, p. 225-273.

CARREIRA, António. **Estudos de economia cabo-verdiana**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1982.

CARVALHO, Joaquim Barradas de. **Esmeraldo de situ orbis de Duarte Pacheco Pereira**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Património**. Lisboa: Edições 70, 2006.

CIVITA, Victor. **Almanaque Abril Brasil 2001**. São Paulo: Editora Abril, 2001.

CORTESÃO, Jaime. **Os descobrimentos portugueses**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990.

CORTESÃO, Jaime. **Pauliceæ Lusitana Monumenta Historica**. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1956, vol.I, p.323.

DEER, Noel. **The History of Sugar**. London: Chapman & Hall, 1949.

DETIENNE, M. **Comparer l’Incomparable**. Paris: Seuil, 2000.

FEIJÓ, João da Silva. Ensaio Económico sobre as Ilhas de Cabo Verde em 1797. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1815.

FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. **A civilização do açúcar**. São Paulo: Editora brasiliense S.A., 1998.

FERRÃO, José Eduardo Mendes. **A Aventura das Plantas e os Descobrimentos Portugueses**. 3ª ed. Lisboa: Instituto da Investigação Científica Tropical; Chaves Ferreira Publicações, S.A; Fundação Berardo, 2005.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala, Nordeste e Novo mundo nos trópicos. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977.

GALVÃO, Henrique e SELVAGEM, Carlos. **Império Ultramarino português**. Lisboa: Imprensa Nacional de Publicidade, 1951, vol.I.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **Mito e Mercadoria Utopia e Prática de Navegar**. Séculos XIII-XVIII. Lisboa: Difel, 1990, p.478.

GODOY, Marcelo Magalhães. **Persistência do tradicional - O processo de modernização da agroindústria canavieira do Brasil e a sobrevivência de formas produtivas não-capitalistas**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2007.

INSTITUTO CUBANO DE PESQUISA DE DERIVADOS DA CANA DE AÇÚCAR. Tradução da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa tecnológica. **Manual dos derivados da cana-de-açúcar**. Brasília: ABIPTI, 1999.

LIMA, G.A. **Cultura da cana-de-açúcar**. Fortaleza: IOGE, 1984.

MANUEL, Arlindo. **Viagens de um piloto português do século XVI à costa de África e a São Tomé**. Caldeira, Lisboa: CNCDP, 2000, p.89-91.

NUNES, Naidea Nunes. **Palavras Doces. Terminologia e Tecnologia Históricas e Actuais da Cultura Açucareira: Do Mediterrâneo ao Atlântico**. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Governo Regional da Madeira, 2003.

PEREIRA, Eduardo Adilson Camilo. **Os caminhos da Revolta em Cabo Verde e a cultura de resistência**. São Paulo, 2006, 182 p. (Dissertação de Mestrado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História- Universidade de São Paulo).

PRATS; Llorenç. **Antropologia e Património**. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.

QUINTAS, Fátima. "Cultura, Patrimônio e Civilização". In.: QUINTAS, Fátima (org.). **A civilização do açúcar**. Recife: SEBRAE / Fundação Gilberto Freyre, 2007.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 2ª ed. Lisboa: Gradiva-Publicações Lda., 1998.

RIBEIRO, Orlando. **Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa**. Lisboa: Junta de Investigações do ultramar.1962, p. 142.

RIDLEY, H.N. **Spices**. London: Macmillan, 1912.

ROBERTS, J.M. **O livro de Ouro da História do Mundo Da Pré-História à Idade Contemporânea**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

ROCHA, Agostinho. **Subsídios para a História de Santo Antão (1462-1983)**. Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1990.

SANTOS; Maria Helena Madeira. **História Concisa de Cabo Verde**. 1ª ed. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto de Investigação e do Património Cultural, 2007.

SENN BARCELLOS, Christiano José. **Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné**. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003.

SANCHES, Celestino Ramos. **A cana-de-açúcar em Cabo Verde: Cultivo, Transformação e Comercialização**. Praia, Outubro de 2005, 160 p. (Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Instituto Superior de Educação da Universidade Portucalense).

SIMONSEN, R.C. **História Econômica do Brasil**. Brasília: Editora Nacional, 1977.

TAVARES, Manuel de Jesus. **Aspectos evolutivos da música cabo-verdiana**. Praia: Centro Cultural Português/IC Praia, 2005.

TAVEIRA, Carlos César Guterres. **Geografia do desenvolvimento no Brasil**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico S/A Indústria e Comércio, 1979.

TEIXEIRA, António J. S. e Barbosa, Luís A. Grandvaux. **Agricultura do arquipélago de Cabo Verde, Cartas Agrícolas, Problemas Agrários**. Lisboa: Ministério do Ultramar, 1958.

VIDAL.V.A.C. **A influência portuguesa na agricultura ultramarina**. Lisboa: Casa Portuguesa, 1957, p. 181-184.

VIDAL, J.P. Palavras de la exposicion fotográfica itinereante sobre la difusion de las plantas tropicales y dos descubrimientos portugueses. Bogotá: [s.e], 1988.

VIEIRA, Alberto, O comércio inter-insular nos séculos XV e XVI (Madeira, Açores, Canárias). Funchal: CEHA, 1987.

WEBGRAFIA

ALMEIDA, Germano. **Cabo Verde: Viagem pela História das ilhas**. Publicado em 27 Agosto 2010. Disponível em: <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article55368&ak=1>. Acesso em 31 de Agosto de 2010.

ANÓNIMO. **Palavras que atravessaram séculos**. Jornal do commercio. Recife, 05 de Janeiro de 2010. Disponível em: http://jc3.uol.com.br/jornal/2010/01/05/not_361317.php. Acesso em 07 de Abril de 2010.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA E CIVILIZAÇÃO DO AÇÚCAR - AIHCA. **Dicionário do açúcar: Alguma terminologia invulgar**. Disponível em: <http://sites.google.com/site/aihca02/dicion%C3%A1rio%C3%A7%C3%BAcar>. Acesso em 20 de Março de 2010.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA E CIVILIZAÇÃO DO AÇÚCAR - AIHCA. **Ofícios ligados ao fabrico do açúcar e aguardente**. Disponível em: <http://sites.google.com/site/aihca02/oficios>. Acesso em 20 de Março de 2010.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA E CIVILIZAÇÃO DO AÇÚCAR - AIHCA. **Dicionário Técnico Industrial**. Disponível em: <http://sites.google.com/site/aihca02/dicion%C3%A1riotecnico-industrial>. Acesso em 20 de Março de 2010.

BAPTISTA, Marcelo Quintino Galvão. **Ilhas de Cabo Verde: Alguns aspectos de sua realidade**. Revista Olhar. Ano 04, nº 7 - jul-dez / 03. Disponível em: <http://olhar.ufscar.br/index.php/olhar/article/viewFile/75/66>. Acesso em 23 de Abril de 2010.

CAMILO PEREIRA, Eduardo Adilson. **Os Caminhos da Revolta em Cabo Verde e a Cultura de Resistência: As Revoltas dos Engenheiros (1822) e de Achada Falcão (1841)**. São Paulo, 2006, 191 p. (Dissertação de Mestrado em História Social da Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de História). Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-05072007-115223/pt-br.php>. Acesso em Abril de 2009.

CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DO ATLÂNTICO (CEHA). **Açúcar: fabrico e tecnologia**. Disponível em: <http://www.ceha-madeira.net/engenho/acucar/fonte/fonte.html>. Acesso em 25 de Janeiro de 2010.

CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DO ATLÂNTICO. **Açúcar: fabrico e tecnologia.** Disponível em: <http://www.cehamadeira.net/engenho/acucar/fonte/fonte.html>. Acesso em 25 de Janeiro de 2010.

COSTA, Maria Leonor Freire. **A Rota do Cabo e as rotas do Brasil: para um estudo comparado do transporte marítimo nos séculos XVI e XVII.** Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/docs/indoc/cehib/leonor.doc> acesso em 15 de Agosto de 2009.

DIEHL Astor. “Limites e possibilidades do conhecimento histórico”. Texto: (Aula Magna) Cascavel, UNIPAR, 2003. In: FIORENTIN, Marta Izabel Schneider. **Teoria, Método e Historiografia.** Trabalho de Especialização em História Económica, Sudoeste Toledo. Disponível em: <http://cacphp.unioeste.br/cursos/toledo/historiaeconomica/slides%20historiografia.pdf>. Acesso em 02 de Fevereiro de 2009.

FERRÃO, José Eduardo Mendes; CAIXINHAS, Maria Lisete; LIBERATO, Maria Cândida. **A Ecologia, as Plantas e a Interculturalidade.** Disponível em: http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Percursos_Intercultura/1_PI_Cap3.pdf. Acesso em 20 de Novembro de 2010.

GOMES, Simone Caputo. **Cabo Verde e Brasil: Um amor pleno e correspondido.** O MARRARE - Revista da Pós-Graduação em Literatura Portuguesa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 2008, nº 9. Disponível em: www.omarrare.uerj.br/numero8/jose.htm. Acesso em 11 de Novembro de 2010.

GRANDI, Guilherme. **Historiografia e construção do conhecimento histórico.** Revista Comunicare. 1º semestre de 2006, vol. 6, nº 1. Disponível em: http://www.facasper.com.br/cip/comunicare/6_2/pdf/15.pdf. Acesso em 10 de Agosto de 2009.

LIRA, Leandro de Lima. **História da Paraíba.** Disponível em: http://www.pm.pb.gov.br/arquivos/Historia_da_Paraiba.pdf. Acesso em 12 de Novembro de 2010.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. **O açúcar nas ilhas portuguesas do Atlântico séculos XV e XVI.** Revista Varia hist. Belo Horizonte Jan./Jun. 2009, vol. 25 nº.41. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v25n41/v25n41a08.pdf>. Acesso em 22 de Setembro de 2009.

MENEZES, Catarina Agudo. **A cultura do açúcar: uma herança dos antigos engenhos de Alagoas. V ENECULT** - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador. 27 a 29 de Maio de 2009. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19486.pdf>. Acesso em 29 de Março de 2010.

MOTA, A. Teixeira da. **As rotas marítimas portuguesas de meados do século XV ao penúltimo quartel do século XVI**. (s.d). Disponível em: http://www.fl.ul.pt/unidades/centros/c_historia/Biblioteca/III/2-As%20Rotas%20Maritimas%20Portuguesas%20no%20Atlantico%20de%20Meados%20do%20Seculo%20XV.pdf .Acesso em 15 de Julho de 2009.

NETO, Sérgio. **Uma colónia modelo para defesa do colonialismo**. 23 de Setembro de 2009. Disponível em: http://www.ovarnews.com/2/index.php?option=com_content&task=view&id=2177&Itemid=43. Acesso em 25 de Outubro de 2009.

NUNES, Naidea Nunes. “Madeirensismos e brasileirismos na terminologia açucareira (do século XV à actualidade)”. In: **Novas contribuições para o estudo da história e historiografia da língua portuguesa**. Organizado por Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa; Maria Filomena Gonçalves. Araraquara: FCL-UNESP Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. Disponível em: <http://home.uevora.pt/~fvaz/Publica%E7%F5esProjectoCen%E1culo/FilomenaGon%E7alves1.pdf>. Acesso em 15 de Março de 2010.

_____. **Mudança e variação na terminologia açucareira actual do Brasil**. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto, 2008, vol. 3. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6881.pdf>. Acesso em 15 de Março de 2010.

_____. **A Terminologia da Cerâmica do Açúcar de Cana**. 2009? Disponível em: <http://ceam.pt/wp-content/uploads/2009/01/nn.pdf>. Acesso em 15 de Março de 2010.

_____. **La Terminologia Azucarera de Madeira, Canárias, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe y Brasil (Algunos ejemplos)**. (s.d). Disponível em: <http://www.iula.upf.edu/materials/060217nunes.pdf>. Acesso em 20 de Março de 2010.

PELICANO, Maria de Lurdes. **Cabo verde e São Tomé e Príncipe: Uma análise comparativa de dois estados insulares africanos.** Secção colunistas. Jornal O liberal de Cabo Verde. 15 de Abril de 2008. Disponível em:
<http://liberal.sapo.cv/noticia.asp?idEdicao=64&id=23042&idSeccao=527&Action=noticia>
Acesso em 23 de Novembro de 2009.

PERALTA DA SILVA, Elza. **Património e identidade. Os desafios do turismo cultural.** Disponível em: <http://www.aguaforte.com/antropologia/Peralta.html>. Acesso em 20 de Março de 2009.

PEREIRA, Daniel. **A Importância de Cabo Verde na Formação do Mundo Atlântico.** 2007. Disponível em: http://www.embcv.org.br/portal/modules/mastop_publish/?tac=143. Acesso em 09 de Junho de 2009.

PINA, Arsénio Fermino de. **A cana sacarina e tráfico de escravos negros.** Jornal o Liberal de Cabo Verde, Dezembro de 2009. Disponível em:
<http://liberal.sapo.cv/noticia.asp?idEdicao=64&id=26578&idSeccao=527&Action=noticia>
Acesso em 10 de Janeiro de 2010.

SEMEDO, José Maria. **Estado Nação e os Desafios da Integração Regional: O caso de Cabo Verde: A Especificidade de um Estado Insular e diaspORIZADO.** Fundação Amílcar Cabral. (s.d) Disponível em:
[www.http://portal.unesco.org/shs/en/files/10991/11840742961j_semedo.pdf/j_semedo.pdf](http://portal.unesco.org/shs/en/files/10991/11840742961j_semedo.pdf/j_semedo.pdf). Acesso em Julho de 2009.

SEIXAS, Maria Lucília Barbosa. **A Natureza Brasileira nas Fontes Portuguesas do Século XVI- Para uma tipologia das grandezas do Brasil.** Viseu: Passagem editores, 2003. Disponível em:
<http://clientes.netvisao.pt/phanenbe/passagem/A%20Natureza%20Brasiliera.pdf>
Acesso em 12 de Dezembro de 2009.

SOUZA, Élvio Duarte Martins. **As formas de pão de açúcar da cidade do Funchal- Estudo histórico e tipológico do espólio do Palácio dos Cônsules.** 2008. Disponível em:
<http://ceam.pt/wp-content/uploads/2008/10/ceam-doc-todos-os-direitos-reservados.pdf>. Acesso em 15 de Novembro de 2009.

_____. **Cerâmica do Açúcar das Cidades de Machico e do Funchal- Dados Históricos e Arqueológicos para a Investigação da Tecnologia.** (s.d). Disponível em: <http://ceam.pt>. Acesso em 22 de Março de 2010.

SANCHES, Luciano Arantes. **A escravidão negra no Brasil colonial.** Revista Espaço da Sophia, Novembro/2007, nº 08, ano I. Disponível em:
http://www.espacodasophia.com.br/publicacoes/doc_view/357-a-escravidao-negra-no-brasil-colonial?tmpl=component&format=raw. Acesso em 13 de Março de 2010.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Engenho sim, de açúcar não.** Revista Varia Historia, Belo Horizonte, jan/jun 2009, vol. 25, nº 41, p.61-83. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/vh/v25n41/v25n41a04.pdf>. Acesso em 10 de Janeiro de 2010.

THEML, Neyde, BUSTAMANTE Regina Maria da Cunha. **História comparada: Olhares plurais.** Revista de História Comparada, Jun. /2007.vol. 1, nº 1.
http://www.hcomparada.ifcs.ufrj.br/revistahc/artigos/volume001_artigo003.pdf.
Acesso em 14 de Agosto de 2009.

UNESCO- United Nations Education Science and Culture Organization. **Patrimônio Intangível.** Disponível em: <http://www.unesco.org/pt/brasil/culture-in-brazil/world-heritage-in-brazil/intangible-heritage-in-brazil/>. Acesso em 15 de Outubro de 2009.

VIEIRA, Alberto. **As ilhas e a expansão da cultura e tecnologia da cana-de-açúcar no Atlântico nos séculos XV a XIX.** Revista Labor & Engenho: planejamento, património e paisagem. Campinas, mar. 2007, v. 1, n.1, p.2-20.
Disponível em: <http://www.labore.fec.unicamp.br/index.php/testedoedipo/article/view/20/22>
Acesso em: 10 de Outubro de 2009.

ANEXO

Poema de Jorge Barbosa²⁷

Você, Brasil

*Eu gosto de Você, Brasil,
porque Você é parecido com a minha terra.*

*Eu bem sei que Você é um mundão
e que a minha terra são
dez ilhas perdidas no Atlântico,
sem nenhuma importância no mapa. (...)*

*É o seu povo que se parece com o meu,
É o seu falar português
que se parece com o nosso,
ambos cheios de um sotaque vagaroso,
de sílabas pisadas na ponta da língua,
de alongamentos timbrados nos lábios
e de expressões terníssimas e desconcertantes.
É a alma de nossa gente humilde que reflete
a alma de sua gente simples,
ambas cristãs e supersticiosas,
sentindo ainda saudade antigas
dos sertões africanos. (...)*

*As nossas mornas, as nossas polcas, os nossos cantares,
fazem lembrar as suas músicas (...)*

Você, Brasil, é parecido com a minha terra,

²⁷ Ao assumir a afinidade com o Brasil e sua cultura mestiça e autônoma, os escritores claridosos — em processo de emergência da consciência cultural e nacional, como os irmãos africanos de Angola, Moçambique, São Tomé e Guiné Bissau — evidenciaram a sua determinação em refletir-se em (e por meio de) outros espelhos, mais próximos porque detentores de um itinerário histórico igualmente colonizado. O cabo-verdiano Jorge Barbosa dá relevo a essa escolha em seu antológico poema «Você, Brasil», dedicado a Ribeiro Couto. (GOMES, 2008).

*as secas do Ceará são as nossas estiagens,
com a mesma intensidade de dramas e renúncias.
Mas há uma diferença no entanto: é que os seus retirantes
têm léguas sem conta para fugir dos flagelos,
ao passo que aqui nem chega a haver os que fogem
porque seria para se afogarem no mar. (...)*

*Nós também temos a nossa cachaça,
o grog de cana que é bebida rija. (...)
Temos também o nosso café da Ilha do Fogo*

*que é pena se pouco,
mas - Você não fica zangado -
é melhor do que o seu.*

*Eu gostava enfim de o conhecer mais de perto
e Você veria como sou um bom camarada.
Havia então de botar uma fala
ao poeta Manuel Bandeira,
de fazer uma consulta ao Dr. Jorge de Lima
para ver como é que a Poesia receitava este meu fígado tropical bastante cansado.
Havia de falar como Você,
com um i no si
«si faz favor»,
de trocar sempre os pronomes para antes dos verbos
«mi dá um cigarro?»*

Mas tudo isso são cousas impossíveis — Você sabe? — Impossíveis.

Fonte: GOMES, Simone Caputo. **Cabo Verde e Brasil: Um amor pleno e correspondido.** O MARRARE - Revista da Pós-Graduação em Literatura Portuguesa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 2008. Número 9. Disponível em: www.omarrare.uerj.br/numero8/jose.htm. Acesso em 11 de Novembro de 2010.